

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
Mestrado

PROCESSO DE MUDANÇA EM UMA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA:
O Caso do Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI

RAQUEL BOHNEN BUSANELLO

Porto Alegre

2006

RAQUEL BOHNEN BUSANELLO

PROCESSO DE MUDANÇA EM UMA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA:
O Caso do Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI

Dissertação apresentada para
obtenção do grau de Mestre, pelo
programa de pós-graduação da
Faculdade de Ciências Sociais da
Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Lúcia Helena Alves Muller

Porto Alegre

2006

RAQUEL BOHNEN BUSANELLO

PROCESSO DE MUDANÇA EM UMA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA:
O Caso do Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI

Aprovado em ____/____/____ .

Comissão Examinadora

Dra. Lúcia Helena Alves Muller
Orientadora

Dra. Elisabeth Pedroso

Dr. Emil Albert Sobottka

AGRADECIMENTOS

- A minha família pelo apoio e incentivo.
- Ao Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI pela presteza nas informações e apoio na realização do estudo.
- A orientadora Lúcia Helena Alves Müller pela dedicação e paciência.

RESUMO

O estudo foi realizado no Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI, no Rio Grande do Sul, com objetivo de fazer uma análise das mudanças na forma de gestão dessa organização.

Buscou-se, para tanto, entender as transformações pelas quais o Sistema SICREDI vem passando, que envolvem mudanças no processo de gestão e na prática do cooperativismo, a partir da implementação do programa Organização do Quadro Social (OQS). O estudo explorou aspectos da relação dos dirigentes das cooperativas com os associados das mesmas, a partir do processo que transformou as cooperativas de crédito rural em Sistema, no início dos anos 90.

A pesquisa desenvolveu-se através da abordagem etnográfica, utilizando-se como técnicas a observação participante, a pesquisa documental e entrevistas com associados e gestores do Sistema SICREDI. As observações foram feitas durante o período de um ano, de janeiro a dezembro de 2005.

Através dos conceitos de democracia e capital social foi possível entender que as transformações pela qual o Sistema SICREDI vem passando envolvem mais do que a organização do mesmo em Sistema. Evidenciou-se a importância das relações de confiança entre os sócios e as cooperativas, sendo que nas cooperativas que foram alvo desse estudo, essas relações são baseadas em uma identidade cultural externa ao Sistema. Tal constatação nos leva a pensar que a Organização do Quadro Social proposta pelo Sistema SICREDI, em forma de núcleos, só será uma forma efetiva de promover participação na medida em que respeitar a cultura local e for capaz de se articular com as formas de sociabilidade de cada grupo social.

Palavras chaves: Cooperativismo; Capital Social; Democracia.

ABSTRACT

The application was done at SICREDI (System of Collective Credit) in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, with the proposal to make an analysis about the changes in the manner of the manner management in this organization.

It searched for this, to understand the modification that SICREDI has been crossing, that involve modification of the OQS (organization of the social board).The application explored the aspects of relation of the managers of these collectives with the members, starting this process that transformed the collectives of rural system ,at the beginning of the 90's.The research developed through an ethnographic manner using techniques of participating observation, the documental research and interviews with members and managers of SICREDI. The observations were done during a year, from January to December, 2005.

Through this concept of democracy the social capital, was possible to understand that, the changes that SICREDI has been crossing involves more than the organization of the system. It evidenced the importance of a trustful relation among the members and the collectives were focus of this application, this relation was based in a cultural identity out of the system.

This certification make us to think that the social boarding organization proposed by SICREDI in a way of nucleus will just be an effective way to promote participation in order to respect the local culture and be able to articulate with the ways of sociability of each social group.

Key-words: Co-operatives; Social Capital; Democracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1- O INÍCIO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL	20
1.1- OS ANTECEDENTES DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO	21
1.2- COOPERATIVISMO NO BRASIL	23
1.3- O SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO	24
1.3.1- A organização do Sistema do SICREDI	25
1.3.2.- A gestão das entidades do sistema do SICREDI	27
2- AS TRANSFORMAÇÕES SOFRIDAS PELO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SICREDI	30
2.1- O PROGRAMA DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL	33
2.2- A POLÍTICA COMO VOCAÇÃO E A PREPARAÇÃO DAS LIDERANÇAS	40
2.3- A ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS ANOS 90 E O COOPERATIVISMO DO SICREDI	44
3- DEMOCRACIA NA PRÁTICA: PROCESSO DE ELEIÇÃO NO SISTEMA SICREDI	50
3.1- DEMOCRACIA: A PRÁTICA DA PARTICIPAÇÃO	53
3.1.1- Cooperativa de livre Admissão Rota das Terras	56
3.1.1.1- Reunião de Coordenadores de núcleo: 09 de março de 2005-	57
3.1.2- Cooperativa Pioneira	59
3.1.3- As pré ou mini assembleias preparatórias	60
3.1.4- As Assembleias Gerais Ordinárias	62
3.1.4.1- Tapera	63
3.1.4.2- Nova Petrópolis	66
3.1.4.3- Central-RS	70
3.2- DEMOCRACIA E GESTÃO	74

3.2.1- Autogestão e a gestão do sistema SICREDI	75
4- A PRÁTICA DO COOPERATIVISMO E CAPITAL SOCIAL	79
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	100
ANEXO	104
ANEXO A	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

AGO- Assembléia Geral Ordinária

APR- Ativo Ponderado de Risco

OCB- Organização das Cooperativas do Brasil

OQS- Organização do Quadro Social

RIS- Regimento Interno SICREDI

UA- Unidade de Atendimento

UFV- Programa União Faz a Vida

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo fazer uma análise do cooperativismo de crédito no Rio Grande do Sul, mais especificamente do Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI, a partir das mudanças de gestão desse sistema. Busca-se entender como as transformações são percebidas pelos gestores e associados desse sistema cooperativo, a partir de dois enfoques: a mudança no processo de gestão cooperativa e a prática do cooperativismo, a partir da implementação do modelo da Organização do Quadro Social (OQS), proposto pelos dirigentes do Sistema¹ SICREDI.

A proposta cooperativista vem de um movimento conformado a partir de uma ideologia humanista e solidária. Ela pressupõe a reunião de cidadãos livres que se organizam, através de empreendimentos sociais que visam o desenvolvimento econômico, com autogestão democrática, sendo que, no discurso do Sistema Cooperativo SICREDI, as relações sociais são vistas como a expressão mais forte da cooperação e da solidariedade.

Wautier (2001) é uma autora que fala sobre a questão das associações e do papel social que essas exercem. Segundo ela, o fenômeno associativo, ou seja, as associações de fato, tendem a entrar em contato com a paisagem econômica e social e sua proliferação parece indicar que vai ao encontro da demanda social. Por isso, o estudo do tema cooperativismo faz surgir o interesse e a busca por um entendimento mais claro sobre as questões sociais envolvidas no mesmo. Wautier diz:

A principal função das associações é, sem dúvida, uma função social: constituídas de membros solidários, elas visam à constituição de uma comunidade de interesses baseada na defesa dos direitos sociais iguais. Mas além desse papel inegável, o impacto das associações é também econômico. (Wautier, 2001 p.11)

(1) No estudo não será feita uma discussão sobre o significado do conceito *sistema* para as Ciências Sociais. O termo *sistema* é utilizado aqui com o significado definido pelo SICREDI, com um sentido dado pelo campo administrativo.

No entanto, cabe ressaltar que há uma definição técnica normativa, ou seja, condições legais legitimadoras, que diferencia as “associações” das “cooperativas”. As associações estão garantidas pela Constituição no artigo 5, incisos XVII a XXI, e no código civil no artigo 174 parágrafo 2, já as cooperativas estão garantidas tanto na Constituição quanto no Código Civil pelos mesmos artigos das associações, porém existe uma lei específica a Lei 5764/71 e na consolidação das Leis do Trabalho, o Decreto-Lei 5452/43.

A partir de tal definição técnica normativa baseada nas leis mencionadas, define-se que: as associações são sociedades civis sem fins lucrativos cuja finalidade é representar e defender os interesses dos cidadãos associados, buscando estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados. Já as cooperativas, são sociedades civis, comerciais sem fins lucrativos, cuja finalidade é desenvolver atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização, de acordo com os interesses dos participantes e cooperantes. Portanto, as cooperativas são formas de associações, pois seus cooperantes são associados das mesmas, mas nem todas as formas de associações são cooperativas. Outra diferenciação é que, nas associações, os associados não possuem cota capital ², e a inexistência dessa dificulta a obtenção de financiamento junto às instituições financeiras e órgãos de fomento, enquanto que, no cooperativismo, os associados possuem cota capital, o que facilita o financiamento junto a instituições financeiras.

(2) Cota capital: é o valor que qualquer pessoa, dispõem para se associar. Cada cooperativa tem autonomia para decidir de quanto será o valor mínimo que um associado terá de investir de cota capital para se associar, conforme seu estatuto. Assim também quando um associado quiser fazer um empréstimo na cooperativa deverá integralizar mais cota capital. Essa cota capital pertence ao associado e não à cooperativa, e é devolvida quando o associado pede para se desligar do sistema.

Ainda segundo Wautier:

O associativismo é digno de atenção da comunidade científica. Diante da extensão do fenômeno e dos desafios encontrados é de se espantar que o campo associativo não seja mais sistematicamente explorado, na condição de objeto de pesquisa e de estudo (Wautier, 2001 p. 12 e 13).

O estudo utilizou-se de documentos datados a partir de 1980, quando foi constituído o Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI e principalmente após 16 de outubro de 1995, momento em que as cooperativas de crédito do estado do Rio Grande do Sul foram autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional a constituírem o primeiro banco cooperativo privado brasileiro, o BANSICREDI, para ter acesso a produtos e serviços bancários, que eram vedados, até então, às cooperativas pela legislação vigente, que regulava em escala maior os recursos financeiros.

A pesquisa pretende explorar aspectos das relações que envolvem os gestores e os associados do cooperativismo, e, ainda tem como objetivo trazer novos questionamentos sobre as contradições dessas mudanças, a partir da transformação do cooperativismo de crédito rural em Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI, mapeando as questões que envolvem as mudanças, buscando entender a visão do próprio cooperativismo SICREDI, e o lugar que o Sistema ocupa na sociedade tanto no nível econômico, quanto político e social.

O Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI é considerado o primeiro e o maior sistema de crédito cooperativo da América Latina, reconhecido pelo cooperativismo de crédito internacional.

O estudo tem como objetivo conhecer melhor o cooperativismo de Crédito no Rio Grande do Sul, buscando entender o modelo de gestão que está sendo implementado, através das relações dos gestores com o quadro de associados das cooperativas. Essa busca pelo entendimento se deu a partir do modelo de Organização do Quadro de Associados (OQS) proposto pelo Sistema SICREDI.

A pesquisa foi realizada em duas cooperativas, das cinquenta e seis que fazem parte do Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI, no estado do Rio Grande do Sul. Mais à frente será feita uma descrição mais detalhada das duas cooperativas que são alvo do estudo.

Procurou-se também observar como o sistema cooperativo define a democracia e como isso ocorre na prática, através da observação das pré-asmbléias e assembléias gerais ordinárias e do processo de escolha de presidentes. Além disso, as entrevistas, com os associados possibilitaram entender a relação dos mesmos com o Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI.

Portanto buscou-se analisar o que está em jogo nas relações sociais propostas pelo Sistema Cooperativo SICREDI, sendo que o *capital* possui uma relação mais ampla do que simplesmente a econômica, mas envolve a história e a cultura, entendidas aqui a partir do conceito de capital social.

Para desenvolver essa pesquisa foi escolhida a abordagem etnográfica por acreditar-se que essa forma de abordagem cumpre uma função básica na pesquisa empírica, pois ajudará a entender o contexto social e cultural em que encontram-se inseridas as cooperativas estudadas.

O método etnográfico de pesquisa possibilita ao investigador compreender as práticas culturais, dentro de um contexto social mais amplo, estabelecendo as relações entre os fenômenos específicos e uma determinada visão de mundo. Entretanto como já referido as práticas passam a ser evidentes aos olhos, o mesmo não se pode dizer sobre os valores que as motivam(...). A compreensão desses valores e regras implica, assim a consideração do real e de suas diferentes manifestações. (Victora, 2000 p. 54)

Quanto às técnicas de pesquisa utilizou-se a observação participante, a pesquisa documental do material produzido pelo SICREDI e foram realizadas entrevistas com associados e gestores do Sistema SICREDI, através das quais obtiveram-se dados necessários para o desenvolvimento do estudo. O acesso ao Sistema SICREDI e às informações necessárias para a realização do estudo foi muito fácil, pois trabalhei no SICREDI na área de Recursos Humanos,

como consultora de RH e, além disso, sou filha de um sócio e meu avô é um dos que ajudaram a expandir o cooperativismo de crédito na região onde morava.

As observações foram realizadas por um período de um ano, mas ocorreram de forma mais intensa nos meses de fevereiro e março de 2005, quando as cooperativas realizaram suas pré-asmbléias e asmbléias gerais ordinárias. Houve nesse período a possibilidade de se obter depoimentos, dados pelos membros das cooperativas, tanto gestores, assessores, gerentes e principalmente, a possibilidade de se conversar com associados e observar suas participações.

Duas cooperativas bem sucedidas: Cooperativa de Livre Admissão Rota das Terras e Cooperativa Pioneira

Esse estudo foi realizado em duas cooperativas, das cinqüenta e seis que compõem a central estadual do Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI do estado Rio Grande do Sul.

O primeiro critério utilizado para escolher as duas cooperativas foi a rentabilidade, ou seja, segundo esse critério foram escolhidas duas cooperativas que encontram-se com bons resultados econômicos dentro dos índices exigidos pelo Banco Central do Brasil.

Outro critério utilizado na escolha das cooperativas que fazem parte do estudo foi à presença do programa Organização do Quadro Social (OQS), que é a forma pela qual as cooperativas trabalham os seus associados, dentro dos princípios do cooperativismo, bem como os valores, missão e visão do Sistema SICREDI. No capítulo 3 será detalhado como funciona o programa de Organização do Quadro Social. Assim procurou-se comparar uma cooperativa que possui Organização do Quadro de Associados (OQS), e que apresenta uma boa rentabilidade, com outra cooperativa que não possui o OQS, e que também apresenta bons resultados em termos de rentabilidade. Para tanto, tomou-se como parâmetros os índices criados pelo Banco Central, com as adaptações feitas pelo Sistema SICREDI, que são denominados de *cooperativa padrão*. Tais indicadores

são usados pelo SICREDI, para acompanhar o desenvolvimento das suas cooperativas.

O índice de rentabilidade, projetado pelo sistema SICREDI, segundo os estudos feitos do mercado econômico, o acumulado para todo o ano de 2004 foi de 14,48%. A cooperativa SICREDI Rota das Terras, que possui o OQS, até novembro de 2004, tinha uma rentabilidade acumulada de 15,94%. Já a cooperativa SICREDI Pioneira, que não possui o OQS teve um acumulado em termos de rentabilidade de 20,24%. Assim, ambas as cooperativas que fazem parte do estudo possuem rentabilidade superior ao índice projetado pelo sistema SICREDI. Porém as mesmas possuem formas administrativas diferentes, quanto à maneira de trabalhar o seu quadro de associados. A Cooperativa Rota das Terras pratica o trabalho do OQS de maneira efetiva, exatamente nos moldes que o Sistema SICREDI descreve, e já o praticava, antes mesmo do OQS fazer parte dos índices da cooperativa padrão. Já a Cooperativa Pioneira não possui o OQS.

Outra diferença que existe entre as cooperativas que foram estudadas é o tempo de existência de cada uma. A Cooperativa Pioneira, como o próprio nome diz, foi a primeira cooperativa de crédito do Brasil, hoje já centenária, enquanto que a Cooperativa Rota das Terras é uma cooperativa jovem com apenas 24 anos. Mesmo assim, as duas estão organizadas em forma de sistema, fazendo parte do Sistema maior, que é o SICREDI.

Apesar das cooperativas encontrarem-se, em regiões diferentes dentro do Estado do Rio Grande do Sul, estando distante uma da outra cerca de 350 km, elas possuem muitas semelhanças. Ambas são formadas por pequenos agricultores, entre os quais o minifúndio predomina, os associados possuem a mesma descendência de origem européia, predominantemente de alemães e italianos.

Cooperativa de Livre Admissão Rota das Terras:

O Município de Tapera, sede da cooperativa, localiza-se na região do Alto Jacuí, possui uma área de 184km, sua população é de 10650 habitantes,

sendo que, 8626 são urbanas e 2024 vivem no meio rural. O município conta hoje com 188 estabelecimentos comerciais e 19 industriais. A cidade surgiu em meados de 1897 e pertencia ao Município de Passo Fundo, região do Planalto Médio, sendo que, a emancipação da Cidade de Tapara ocorreu em 1954, tendo hoje 51 anos.

A Cooperativa de Livre Admissão Rota das Terras foi fundada em 24 de fevereiro de 1981, completando em 2005, 24 anos de existência. A mesma compreende três municípios do estado do Rio Grande do Sul, Tapera, Selbach e Lagoa dos Três Cantos, sendo que sua sede é na cidade de Tapera. A cooperativa inaugurou sua sede própria em 04 de janeiro de 1988, em 19 de março de 1984 fundou a UA³ de Selbach que adquiriu sede própria em 19 de março de 1998. A terceira UA da cooperativa foi em Lagoa dos Três Cantos que foi inaugurada em 08 de abril de 1991 e em 2005 finalizou a construção da sede própria da UA dessa cidade.

O primeiro presidente da cooperativa foi o Sr. Arlindo Bauermann que presidiu a mesma por um mandato de 3 anos. O atual presidente é o Sr. Valdir Pasinato, que já preside a cooperativa por 3 mandatos de três anos cada um, totalizando até então 9 anos. O mesmo é técnico contábil, não possui formação em nível acadêmico e, além disso, é proprietário rural. No ano de 2005 o Sr. Valdir Pasinato foi indicado para permanecer por mais um mandato de 3 anos. As eleições ocorreram na Assembléia ordinária na cidade de Tapera no dia 22 de março de 2005.

A cooperativa conta hoje com cerca de 5367 associados sendo esses em sua maioria pessoas físicas, mas possui também pessoas jurídicas, sendo essas empresas tanto do setor industrial como do comércio. A maioria dos associados são descendentes de alemães e italianos. A direção acredita que esse número deve ser de 50% para cada etnia.

(3) UA e UAS - no sistema cooperativo, UAs são as unidades de atendimento, sendo que em uma mesma cidade pode haver mais de uma Unidade de atendimento, como no caso de Caxias do Sul, que possui três. Essa nomenclatura é usada para diferenciar o sistema de crédito cooperativo do sistema financeiro bancário, que usa o nome de agências bancárias. Ela está de acordo com uma resolução do Banco Central.

Os produtos agrícolas predominantes na região são: soja, milho, trigo e cevada. Já a pecuária dá ênfase à produção de leite, criação de frangos e suínos.

A cooperativa possui uma forte parceria com cooperativas de produção, que são muito fortes nessa região, tendo duas cooperativas a COTRIJAL e A COTRISOJA.

A cooperativa tem um quadro de 32 colaboradores e já possui o programa OQS desde 1989. O Programa OQS conta hoje com 33 núcleos, sendo que cada núcleo possui de dois a 3 casais coordenadores, dependendo do tamanho do núcleo.

Cooperativa Pioneira

O município de Nova Petrópolis localiza-se na Serra Gaúcha, foi fundado em 7 de setembro de 1858, porém a emancipação do município ocorreu em 15 de dezembro de 1954 completando em 2005, 51 anos, tem uma população de 16888 habitantes, a área do mesmo é de 292km.

A cooperativa Pioneira, como próprio nome diz, foi à primeira cooperativa do atual Sistema SICREDI, fundada em 1902, tendo hoje 103 anos.

Seu primeiro presidente foi o Sr. Antoni Maria Phaits, que presidiu a cooperativa por 27 anos. Seu sucessor foi seu filho Carlos Faiths que esteve à frente da presidência dessa cooperativa por mais 30 anos e 6 meses. Seu atual Presidente, é o Sr. Édio Spier, que também é o presidente mais antigo em atividade, dentro do Sistema SICREDI. O mesmo também possui o maior tempo à frente de uma presidência de cooperativa. Ele é dirigente dessa cooperativa há 31 anos. Foi eleito pela primeira vez em assembléia ordinária em 1974, teve 4 mandatos de 4 anos, e está encerrando o seu 5 mandato de 3 anos, sendo que em março de 2005 foi mais uma vez reeleito na Assembléia Geral Ordinária que aconteceu na cidade de Nova Petrópolis na sede da cooperativa, no dia 29 de março. Durante todo período, o mesmo não teve nenhuma chapa de oposição em

suas eleições. Sua formação acadêmica é na área de odontologia, sendo que ele exerce até hoje a profissão de odontólogo.

A cooperativa Pioneira conta hoje com 30761 associados, 143 colaboradores e 19 Unidades de Atendimento. As unidades que fazem parte dessa cooperativa localizam-se em: Santa Maria do Herval, Estância Velha, Morro Reuter, Ivoti, Picada Café, Gramado, Novo Hamburgo, Dois Irmãos, Pinhal Alto, Feliz, Vale Real, Nova Petrópolis, Linha Nova, Presidente Lucena, São José do Hortêncio e 3 UAS na cidade de Caxias do Sul.

O público predominante entre seus associados são pessoas físicas, apesar de terem também pessoas jurídicas. Esse público é 92% urbano e apenas 8% rural, uma vez que essa cooperativa tem Unidades de Atendimento em duas grandes cidades do estado, Caxias do Sul e Novo Hamburgo. Em Caxias do Sul apenas 2% do PIB é rural. Já Nova Petrópolis é a cidade que possui o maior PIB rural, 42%. A principal atividade econômica é a ortifruticultura, mas também há a produção leiteira, criação de aves e suinocultura. Em Caxias do Sul de 70 a 80% dos associados são empregados da indústria. Já os associados pessoa jurídica, vêm do ramo metal mecânico em Caxias do Sul, coureiro-calçadista em Novo Hamburgo, moveleiro em Gramado e de malharias em Nova Petrópolis.

A cooperativa possui uma forte parceria com a cooperativa de produção que é ligada à área leiteira. A Cooperativa Piá.

Esse estudo apresenta-se estruturado da seguinte forma:

Capítulo 1: aborda a contextualização histórica do cooperativismo, em especial no Brasil e mais especificamente a estruturação do Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI.

Capítulo 2: trata particularmente das transformações sofridas pelo Cooperativismo de crédito, a partir da organização das cooperativas de crédito em Sistema, constituindo o SICREDI e a criação do BANSICREDI, e ainda apresenta o programa Organização do Quadro Social (OQS), discutindo questões

como: formação das lideranças e também a diferença e semelhanças entre o cooperativismo e a economia solidária, sendo os temas desse estudo.

Capítulo 3: abrange questões referentes à democracia no sistema cooperativo e o processo de eleição dos presidentes das cooperativas, detendo-se também em uma reflexão sobre a questão da autogestão e gestão do sistema SICREDI.

O capítulo 4: aborda a dimensão cultural envolvida na prática do cooperativismo a partir do conceito de capital social.

Por fim são feitas as considerações finais do estudo.

1- O INÍCIO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

As cooperativas de crédito são instituições financeiras integrantes do sistema financeiro nacional, autorizadas pelo Banco Central do Brasil, como alternativa ao sistema financeiro tradicional, ou seja, o sistema financeiro bancário.

As cooperativas de crédito são responsáveis pela captação de recursos financeiros para financiar as atividades econômicas dos cooperados. Elas utilizam os bancos para realização de negócios complementares ao seu objetivo.

O Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI constituiu, em 16 de outubro de 1995, o primeiro banco cooperativo privado brasileiro. As cooperativas de crédito já existentes no estado do Rio Grande do Sul, através de sua Central, fundaram o BANSICREDI, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional. A partir daí as cooperativas do Sistema SICREDI puderam oferecer produtos e serviços bancários, que eram vedados, até então, às cooperativas pela legislação vigente.

As cooperativas de crédito prestam serviços aos seus associados de maneira semelhante aos bancos, elas possuem os mesmos produtos que qualquer instituição financeira como: conta corrente com talão de cheque, cartões de crédito e débito, empréstimos, previdência privada, seguros, Internet bank, e por aí a fora.

Hoje o cooperativismo de crédito é um importante instrumento de organização social e econômico que se coloca como alternativa ao tradicional sistema financeiro bancário, tendo presença marcante em todos os países do mundo. No Brasil, o cooperativismo de crédito, está conquistando um espaço expressivo, sendo que o Sistema Cooperativo de Crédito SICREDI encontra-se presente em 6 estados do país: RS, SC, PR, SP, MS e MT.

1.1- OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O cooperativismo surgiu em meados do século XVIII e XIX, na Europa, mais precisamente na Inglaterra e França, que eram, nessa época, os principais centros econômicos e culturais europeus. O surgimento do mesmo se deu em forma de associativismo coletivo, com idéia de auxílio mútuo, tanto na forma de associações de pessoas, quanto nas relações de trabalho.

Segundo Ricciardi (1992), no período do início do século XVIII e XIX, a Europa sofria grandes transformações tanto sociais quanto econômicas, em função do avanço da tecnologia e com o surgimento da Primeira Revolução Industrial. Antes mesmo desse período, ainda no século XVII, alguns precursores como P. C. Plockboy, que iniciou um movimento já em 1659, e John Bellers, que viveu entre os anos de 1654 á 1725, incentivavam grupos econômicos a organizarem-se em cooperativas, para reduzir despesas e eliminar lucros dos intermediários e interferência de terceiros.

As primeiras cooperativas surgiram como forma de reação, a partir da grave situação de exploração do mundo operário e camponês, na época em que o liberalismo tomava conta da sociedade capitalista, sendo contrário a qualquer forma de associação profissional que visasse à defesa dos interesses de classe (Lei Le Chapelier na França, em 1792)⁴.

No entanto, o cooperativismo só tomou maior força a partir do século XIX, na época da I Revolução Industrial. Os principais mentores foram Robert Owen (1771-1858) e Pierre Joseph Proudhon (1809-1865). Esse último era francês, contabilista, escritor, deputado, e deixou um legado valioso de obras onde enfoca as questões sociais e econômicas. “Em seu pensamento econômico preocupou-se especialmente com o problema do crédito” (Ricciardi, 1992 pág. 23)

(4) Lei Le Chapelier – A Assembléia Constituinte Francesa, em 14 de julho de 1792, decidiu após uma série de greves nas oficinas parisienses, estabelecer a liberdade do trabalho e interditou aos proprietários o direito de se associarem para defesa de seus interesses.

Owen e Proudhon foram considerados “socialistas utópicos”, por Karl Marx, principal expoente do socialismo científico. Mas as idéias de Owen se tornaram realizações posteriormente, através do Banco de Trocas de Proudhon e dos Pioneiros de Rochdale 13⁵.

Esses homens começaram a discutir e a amadurecer as possíveis formas de solução para as dificuldades econômicas e sociais que enfrentavam. Almejavam não apenas a constituição de uma cooperativa de consumo como forma de superação da grave situação do proletariado, mas a constituição de colônias cooperativas autônomas, democráticas e auto-suficientes, onde reinasse a ajuda mútua, a igualdade social e a fraternidade (Aguiar & Reis, 2002 p.157).

E ainda complementam:

A experiência dos Pioneiros de Rochdale transformou-se em símbolo e provocou a expansão do movimento cooperativista para outros sistemas como o de produção, o de crédito, o de educação, o de serviços, enfim para todos os meios de vida (Aguiar & Reis, 2002 p. 160).

Com o sucesso da iniciativa solidarista dos tecelões de Rochdale, criou-se então um conjunto de princípios que seguem até os dias de hoje como os princípios orientadores da prática do cooperativismo, não só de crédito, mas do cooperativismo geral, que são:

- 1-adesão *voluntária e livre*,
- 2-gestão *democrática*,
- 3-participação *econômica*,
- 4-autonomia e *independência*,
- 5-*educação, formação e informação*,
- 6-*intercooperação*,
- 7-*interesse pela comunidade*.

(5) “A primeira cooperativa foi criada em 1844, por 28 tecelões do bairro de Rochdale, cidade de Manchester, Inglaterra. Baseados nas idéias precedentes sobre associativismo, organizaram uma sociedade em comum, com objetivo de fornecer bens de consumo aos associados e outros serviços de ordem econômica e social.” (Ricciardi, 1992 pág. 26)

No século XIX, foram criadas, as primeiras cooperativas de crédito como forma de alternativa econômica, em função do desequilíbrio da distribuição de renda e riquezas geradas pela Revolução Industrial. Este movimento teve como objetivo fomentar a produção do setor primário, organizando a classe trabalhadora rural, para que pudesse produzir mais e melhor.

1.2- O COOPERATIVISMO NO BRASIL

A primeira cooperativa de crédito do Brasil e da América Latina foi fundada na cidade de Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul, em 28 de dezembro de 1902, em Linha Imperial, porque não existiam nesta comunidade os serviços bancários que estavam disponíveis somente na capital do estado. O mentor do Cooperativismo de crédito no Brasil foi o padre alemão Theodor Amstad⁶.

De 1902 a 1964, sob a denominação de Caixas Populares Reiffeisen⁷, surgiam 66 cooperativas de crédito, que tiveram um papel expressivo no sistema financeiro do Rio Grande do Sul. O sistema Reiffeisen surgiu seguindo o modelo de organização cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, com o intuito de levar a ideologia da “*Ajuda através da auto-ajuda*”.

De 1964 a 1980, com a aprovação da reforma bancária – Lei 4595/64 e a institucionalização do crédito rural, lei 4829/65, as restrições normativas e a perda de competitividade fizeram desaparecer mais de 50 cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, mais precisamente no período compreendido entre 1970 e 1980.

Em 27 de outubro de 1980, foi constituída a Cooperativa de Crédito do Rio Grande do Sul, patrocinada pelas 9 cooperativas de crédito remanescentes, com objetivo de reorganizar o sistema e assumir parte da função

(6) Pesquisa realizada em material produzido pelo Próprio SICREDI para divulgar “A Organização de seu Quadro Social”, em 2003.

(7) Frederich Wilhelm Reiffeisen fundou, em 1864, na cidade de Hedelsdorf, na Alemanha, a Associação e Caixa de Crédito Hedelsdorf, a qual é considerada a primeira cooperativa de crédito rural. Para assegurar a compensação e liquidez entre as cooperativas de crédito da época, no ano de 1872, Reiffeisen criou o “O Banco Cooperativo Agrário Remano”, em Neuwied, como a primeira Caixa Central Rural.

do estado no financiamento rural. Os anos seguintes são de expansão do cooperativismo para os estados do Paraná, e Mato Grosso.

Em 10 de julho de 1992, todas as cooperativas e suas filiadas unificam-se sob a denominação de SICREDI, em representação ao Sistema de Crédito Cooperativo.

As cooperativas filiadas à central do SICREDI-RS constituem o Banco Cooperativo SICREDI S. A – BANSICREDI, em 16 de outubro de 1995. Em iniciativa inédita no sistema bancário privado do país, no ano de 1999 o BANSICREDI foi autorizado, pelo Governo Federal, a operar o crédito rural com encargos equalizados pelo Tesouro Nacional.

Em 28 de dezembro de 2002 foi comemorado o centenário do cooperativismo de crédito, não só no estado do Rio Grande do Sul, mas em toda a América Latina.

1.3- O SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO

As cooperativas de crédito fazem parte do sistema financeiro nacional e são entidades privadas que não possuem fins lucrativos. Portanto, é a partir da mutualidade que as cooperativas de crédito fornecem assistência financeira aos seus associados.

As cooperativas de crédito além de repassarem recursos oficiais de crédito, assim como outras fontes de recurso, elas tem ainda como objetivo financiar seus associados de forma que os mesmos possam formar uma poupança maior para fazer seu autofinanciamento.

O conceito de cooperativismo, definido pela OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), a partir do seu relatório de 1999, é o seguinte:

“Cooperativa é uma associação autônoma, de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades

econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida”.

Baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia. Os valores definem as motivações mais profundas do agir cooperativo, sendo a instância inspiradora dos princípios do Movimento Cooperativo Mundial. (Schmidt & Perius, 2003 p. 63)

A ACI (Aliança Cooperativa Internacional), órgão máximo de representação do cooperativismo, foi criado em Londres, em 1895. Ela presta assistência e representa todas as organizações cooperativas do mundo, tendo sua sede em Genebra na Suíça, e escritórios regionais.

A Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) foi criada em 1969, em Belo Horizonte -Minas Gerais, durante a realização do VI Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Apenas em dezembro de 1971, houve a implantação do Sistema OCB de forma jurídica normativa pertencente à legislação federal. No início de 1972, sua sede instalou-se de forma definitiva em Brasília-DF. Com a criação da Lei 5764/71, a OCB passou a ser uma sociedade civil, como órgão técnico consultivo que representa o sistema cooperativo nacional. Segundo o “Relatório das Atividades da OCB” de 1999, essa tem o intuito de fortalecer o cooperativismo brasileiro.

1.3.1- A organização do sistema cooperativo do SICREDI:

As cooperativas do SICREDI estão organizadas da seguinte forma⁸:

- **Cooperativas singulares:** são as cooperativas formada por no mínimo 20 associados, e que encontram-se localizadas nos municípios de origem. Segundo o sistema do SICREDI, a função das cooperativas singulares é: *como instituições financeiras da comunidade, proporcionar a realização das operações e oferecer os produtos demandados valorizando o relacionamento com os associados e a comunidade.*

(8) MC (manual de comunicação), material institucional criado pelo próprio Sistema do SICREDI, no ano 2003, usado para difundir o mesmo, junto aos colaboradores e associados. Lembrando aqui, que colaboradores são os funcionários que fazem parte do sistema. A função de cada uma das entidades que representa o sistema foi definida no seminário de planejamento estratégico de 2002, em que encontravam-se presentes todos os dirigentes (presidentes e vice-presidentes de todas as cooperativas singulares do Brasil pertencentes ao Sistema de Crédito Cooperativo do SICREDI) e demais executivos que compõem o sistema.

- **Centrais estaduais ou federação:** é constituída por no mínimo 3 cooperativas singulares. O Sistema SICREDI, possui 5 centrais estaduais, RS/SC, que abrangem não só as cooperativas do estado do RS, mas também as de SC, além das centrais do MT, MS, SP e PR. Conforme o Sistema SICREDI a função das centrais é: *difundir o cooperativismo de crédito e coordenar e supervisionar a atuação das filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão.*

- **Confederação:** é formada pela união de 3 ou mais centrais estaduais ou federações. O SICREDI possui uma confederação que é denominada de SICREDI SERVIÇO, que possui sua sede em Porto Alegre-RS. A Função da confederação para o Sistema SICREDI é: *fazer a representação institucional do sistema e suprir as demandas jurídico-normativas, tecnológicas e de políticas corporativas de supervisão, gestão de pessoas e expansão.*

É importante ressaltar que, apesar das funções serem diferentes para cada uma das instâncias que o compreendem o sistema, a missão é única para todo o sistema do SICREDI.

O Sistema de Crédito Cooperativo do SICREDI tem como sua missão⁹: “Como sistema de crédito cooperativo, valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da comunidade”.

O lema da instituição é: “Ser a instituição financeira da comunidade”.

O SICREDI encontra-se organizado em sistema, pois suas lideranças acreditam que essa forma de organização propicia diferenciais únicos, que são considerados positivos pelas cooperativas, em relação às demais instituições financeiras. Que por sua vez, organizadas dessa maneira, as cooperativas ganham força, pois, assim, não atuam individualmente, como acontece com outras formas de cooperativas de crédito. Essa organização em sistema já

(9) A Missão do SICREDI foi redefinida no seminário dos 100 anos do Cooperativismo, que ocorreu em dezembro de 2002, em Porto Alegre, com a presença de todos os dirigentes de todas as cooperativas que fazem parte dos seis Estados onde o sistema se faz presente.

rendeu ao SICREDI uma citação feita pela DGRV (Sistema Cooperativo Alemão Reiffesen Integrado), como sendo modelo para o sistema de crédito cooperativo da América Latina.

Além da organização em sistema, cabe aqui mencionar o desenvolvimento do Sistema SICREDI, que iniciou como caixas rurais, que tinham como objetivo fornecer assistência financeira a seus associados, que no início eram principalmente pequenos produtores rurais. No entanto, durante esses seus 103 anos, o sistema cresceu e se desenvolveu ficando extremamente competitivo no mercado financeiro. Assim hoje, o Sistema SICREDI não atende mais apenas pequenos produtores rurais. A partir de 2004, surge a resolução 3106 do Governo Federal, pelo qual as cooperativas de crédito passam a ter autorização do Banco Central, para serem “*cooperativas de livre admissão*”.

Uma cooperativa de livre admissão pode associar não só produtores rurais, mas também pessoas físicas que atuem em qualquer ramo de atividade, bem como empresários. Porém, as empresas só podem ser associadas se os empresários também forem associados como pessoa física. Assim, surgem as cooperativas segmentas, que têm como associados um segmento específico como: SICREDI POL, no qual os associados são policiais civis. SICREDI AJURIS que tem como associados os juízes, e assim por diante.

1.3.2- A gestão das entidades do Sistema SICREDI

A gestão das cooperativas do Sistema SICREDI ocorre da seguinte forma:

Os dirigentes, presidente e vice-presidente das cooperativas são eleitos pelos associados em assembléia ordinária, onde cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas capitais. Os dirigentes, são eleitos por um mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. Os mandatos podem ser vitalícios, já que não existe no Regimento Interno do SICREDI (RIS)

nenhuma restrição quanto à reeleição dos dirigentes por vários mandatos consecutivos.

Nas centrais estaduais ou federações, o processo de eleição dos dirigentes se assemelha ao das cooperativas, ou seja, o presidente e vice-presidente também são eleitos por mandatos de 3 anos. No entanto, eles são escolhidos pelos presidentes e vice-presidentes das cooperativas singulares, ou por seus representantes, indicados pelo presidente (via procuração), que fazem parte de cada uma das centrais estaduais ou federação.

O presidente da confederação é eleito pelos presidentes das cooperativas singulares de todos os estados do país onde encontram-se as federações.

O Sistema SICREDI possui também um conselho deliberativo do qual fazem parte os presidentes das cinco centrais estaduais, bem com o presidente da Confederação do SICREDI Serviços, e o presidente do BANSICREDI. Mas os dois últimos não têm direito a voto. O conselho deliberativo é um órgão independente que tem função decisória, ou seja, para o sistema ele é o responsável pelas diretrizes e estratégias macro.

Cabe aqui mencionar que o elo mais forte da relação entre o associado e a cooperativa se dá através do **ato cooperativo**, ressaltando, no entanto, que o ato cooperativo não está vinculado à questão do voto na eleição dos dirigentes, mas sim a relação do associado para com as cooperativas, e vice-versa.

O ato cooperativo é definido no art. 79 da lei federal 5.764/71:

Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único: O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

Sendo assim, o ato cooperativo é uma constituição jurídica e normativa prevista em lei e que, segundo a visão dos dirigentes do sistema SICREDI, dá a legitimidade ao cooperativismo.

Esta definição deve sempre ser analisada a partir de um caso concreto, objetivando sempre identificar se o ato cooperativo adquire o conteúdo de negócio interno- de negócio- fim-, praticado entre a cooperativa e seu associado, como por exemplo, nas cooperativas de crédito, o empréstimo de dinheiro.

Do empréstimo de uma soma em dinheiro- ato cooperativo legítimo, praticado entre a Cooperativa de Crédito e o sócio- resulta, de um lado, para a cooperativa, um crédito pecuniário contra o sócio e, por outro lado, em relação ao sócio, uma dívida pecuniária em favor da cooperativa (Shardong, 2003 p. 93 e 94)

Assim entende-se por ato cooperativo a relação do sócio, pessoa física, com a sociedade cooperativa, que possui uma constituição jurídica. Dessa forma, quando um cliente faz uma operação de mercado com uma instituição financeira bancária, no caso de uma aplicação, por exemplo, a relação desse cliente com a instituição financeira bancária se encerra no dia que forem creditados os juros dessa aplicação e a tributação é feita sobre a pessoa física.

Quando um associado realiza uma aplicação na cooperativa haverá um dia em que o mesmo receberá o crédito dos juros que resultaram de sua aplicação, porém a relação do associado com a cooperativa não se encerra nesse dia, e sim no dia que houver a prestação de conta da cooperativa para com o associado, ou seja, no dia da Assembléia Geral Ordinária. Assim, se a cooperativa teve sobras, o associado receberá mais ainda sobre a operação que realizou com a cooperativa. Porém, se a mesma tiver prejuízo o associado deverá arcar com a sua parte como sócio da cooperativa. Além disso, as tributações de mercado feitas entre o sócio e a cooperativa não são tributadas sobre a pessoa física do sócio, e sim sobre a sociedade cooperativa como pessoa jurídica.

2- AS TRANSFORMAÇÕES SOFRIDAS PELO SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO- SICREDI

Em 2003, a direção do Sistema SICREDI decidiu pela realização de uma pesquisa, a nível nacional, que tinha como objetivo principal “avaliar o conhecimento e participação dos associados com relação às Cooperativas de Crédito do SICREDI e sua administração¹⁰”.

A pesquisa foi realizada em cinco estados onde o Sistema SICREDI possui suas federações, uma vez que as cooperativas de Santa Catarina pertencem a Central do Rio Grande do Sul e por isso, são contabilizadas nesse estado.

A partir da divulgação da pesquisa realizada pelo Sistema SICREDI aos seus dirigentes e aos membros da equipe de colaboradores, houve o interesse em saber um pouco mais sobre a participação e o conhecimento dos associados a respeito do cooperativismo, pois a mesma trouxe dados significativos em termos do desconhecimento dos associados em relação ao Sistema do qual fazem parte.

Segundo a pesquisa, os associados pensam que o cooperativismo de crédito nada mais é do que um “serviço bancário, com taxas e juros menores, e uma maneira de ajudar as pessoas”. A pesquisa ainda apresentou dados que mostram que a única diferença percebida pelos associados no SICREDI em relação às outras instituições financeiras seria o melhor atendimento e as taxas de juros mais baixas.

Porém, outro dado significativo da pesquisa é que a mesma revelou que o número de associados que identificam o SICREDI como uma cooperativa que também oferece serviços bancários é um pouco maior nas Unidades

(10) Fonte: Material referente aos dados da pesquisa fornecido pelo próprio SICREDI. “Avaliação da percepção, conhecimento e participação dos associados do SICREDI com relação à cooperativa de crédito e sua Administração”. Realizado por: Opinião Pública e Análise mercadológica. Struck Consultoria Empresarial. Parâmetro Consultoria em Análise de Dados.

Estruturadas, ou seja, unidades em que o programa da Organização do Quadro Social já está acontecendo.

Segundo os dirigentes do próprio Sistema SICREDI, o cooperativismo de crédito é a forma de cooperativismo que mais se desenvolveu nos últimos anos, em especial a partir da década de 90, com incentivos dados pelo próprio governo brasileiro. Tal afirmação é baseada nos dados divulgados pelo próprio Sistema SICREDI. Em entrevista com o presidente do BANSICREDI e o presidente da Central do RS, em novembro de 2004, os mesmos, apresentaram alguns dados, baseados em divulgação do Banco Central do Brasil, que chamaram atenção: nos seis estados do Brasil, onde O Sistema SICREDI se encontra presente, esse possuía mais de 820 mil associados, cerca de 6000 colaboradores, 132 cooperativas. No Rio Grande do Sul, o SICREDI possuía 56 cooperativas, 429 Unidades de Atendimento, e estava presente em 394 municípios. Naquele momento administrava cerca de 3 bilhões e 800 milhões de reais, que representavam 2% do PIB financeiro brasileiro. No Estado do RS, a representação do SICREDI no PIB financeiro do estado era de 8,9% e, se retiramos a região metropolitana, onde o SICREDI é mais inexpressivo do que no interior, essa participação passava para 16%.

As cooperativas de crédito possuem características próprias, sendo que seu principal papel é o de buscar recursos. No entanto, é extremamente importante que sejam adequadas a princípios normativos rígidos para que não sejam confundidas com simples atividades bancárias. Nesse sentido, o próprio Sistema Cooperativo SICREDI, destaca na definição de sua missão que o verdadeiro papel do cooperativismo de crédito é servir como instrumento de poupança, acumulação de capital e, sobretudo, de libertação dos seus associados da dependência do sistema financeiro bancário. Essa afirmação está baseada na Lei Federal 5764-71, que regulamenta de forma jurídica as sociedades cooperativas e enumera as características que as diferenciam de outras sociedades existentes.

Segundo Nascimento (2000), as cooperativas de crédito teriam três funções básicas: formação de poupança, oferecer crédito e financiamento em condições adequadas, regular taxas de juros e outros serviços no mercado de crédito.

Para que as cooperativas de crédito possam cumprir tais objetivos, que são em essência transformadores é necessário que associados, dirigentes e o próprio Banco Central, como órgão normativo, tenham em mente: primeiro que é necessária visão de longo prazo visão de longo prazo para maturar certos resultados e segundo que é crucial a integração horizontal e vertical das cooperativas, em nível local, regional, nacional e até internacional, a fim de que possam efetivamente se transformar em instrumentos de mudança, sem que sua presença seria injustificada.(Nascimento, 2000 p. 23)

Convém mencionar que as cooperativas de crédito são normatizadas e fiscalizadas pelo Banco Central, que foi criado através da Lei Federal a 4595, de 31 de dezembro de 1964. Ou seja, o Banco Central criou índices para regular as cooperativas no mercado financeiro. O SICREDI chama os índices criados pelo Banco central de “Cooperativa Padrão” e incluiu no modelo outros índices, dentre eles, a existência ou não do Programa Organização do Quadro Social nas cooperativas que fazem parte do sistema. (Falaremos desse programa mais à frente).

O SAS (Sistema de Análise do SICREDI) baseado nas normas do Banco Central possibilita acompanhar o enquadramento das cooperativas, nesse padrão e compará-las umas com as outras.

Assim, em maio de 1999 o conselho de gestão do BANSICREDI apresentou uma proposta, para as cooperativas do sistema, de procedimentos de rateio e de compensação de limite de crédito. Na proposta haviam requisitos para que as cooperativas pudessem acessar os recursos repassados e, assim, poderia ser avaliado se as mesmas estavam ou não de acordo com os índices de cooperativa padrão. Os critérios de desenquadramento estavam pautados sob três normativos:

1) Normativos do Conselho Monetário Nacional (concentração de risco 25% e nível de alavancagem 15 vezes)

2) Regimento do SICREDI Interestadual (Liquidez mínima de 30%)

3) Normativos do Conselho de Gestão do BANSICREDI conforme o RIS (Inadimplência 12%, utilização de cheque especial 30%, adiantamento a depositante 3% e concentração de crédito de 10 a 25% do PLA- patrimônio líquido ajustado).

Além dos critérios mencionados, outro critério que passou a fazer parte dos índices da cooperativa padrão era se as cooperativas possuíam ou não a Organização do Quadro Social (OQS), na forma proposta pelo Sistema.

2.1- O PROGRAMA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

O cooperativismo tem sua ideologia firmada em dois pilares, de sustentação, representados pelos dois pinheiros unidos, símbolo do cooperativismo. Um dos pinheiros representa as relações sociais, vistas pelo Sistema SICREDI como seu diferencial no mercado financeiro, e o segundo, representaria as relações econômicas, vistas como resultado. Dentro das relações sociais encontra-se o OQS.

Conforme a pesquisa mencionada no início do capítulo os associados desconhecem essa representação social do cooperativismo de crédito e o fato preocupa os dirigentes do Sistema SICREDI. Portanto, houve uma preocupação do Sistema em cobrar das cooperativas que trabalhem o seu quadro social, mas não de qualquer forma e sim baseados na proposta do sistema da Organização do Quadro Social (OQS).

A proposta do programa, Organização do Quadro Social (OQS) iniciou no Sistema SICREDI a partir do planejamento Estratégico de 1999, para o triênio 2000 / 2002. No entanto, a prática de organizar o quadro de associado pelas cooperativas do sistema SICREDI se deu a partir do planejamento feito para

o triênio, 2003 / 2005, quando sua implementação passa a fazer parte de um dos indicadores de desempenho das cooperativas que fazem parte do Sistema, sendo um indicador social. Porém, muitas cooperativas já praticavam a organização do quadro de associados, mas não de forma sistematizada como a proposta atual do sistema.

O OQS é uma prática que está ligada ao cooperativismo, de forma geral, não fazendo parte, apenas do Sistema SICREDI.

Em cooperativas de médio e grande número de cooperados, para que a comunicação e a educação atinjam efetivamente seus propósitos é preciso haver a *organização do quadro social* (Ricciardi & Lemos, 2000 p.166)

O conceito de organização do quadro de associados é:

A reunião dos cooperados em núcleos locais ou regionais, com o propósito de realizarem atividades de acordo com suas necessidades e aspirações. Em cada núcleo criado, os cooperados escolherão um coordenador para estimular e orientar as atividades do grupo. (Ricciardi, 1992 p. 79)

O OQS tem como seu principal objetivo fidelizar os associados ao sistema cooperativo, através da organização dos mesmos em núcleos, bem como fazer com que os associados entendam que o sistema cooperativo é constituído de uma via de mão dupla, na qual a cooperativa tem suas obrigações para com seus associados e esses têm seus deveres para com as cooperativas. Através do OQS busca-se, promover a participação consciente dos associados nas decisões de interesse do Sistema e que venham a beneficiar os mesmos. O OQS também tem a função de divulgar o cooperativismo, bem como levar as informações sobre as cooperativas aos seus associados, ou seja, é um elo de comunicação, buscando incentivar a participação dos mesmos de forma mais ativa junto às cooperativas. Sendo o elo de ligação entre os associados e seus dirigentes. Isso conforme a norma que encontra-se nos materiais produzidos pelo próprio Sistema SICREDI para divulgar o OQS nas cooperativas, para seus associados. (Ano - 2003)

O programa OQS é desenvolvido através da proposta de formação de núcleos, sendo que cada núcleo reúne associados de uma mesma cooperativa e que fazem parte de uma mesma comunidade. A nucleação tem como objetivos principais:

- Procurar democratizar as decisões sociais e econômicas dessa comunidade a partir da efetiva participação dos associados.
- Oportunizar condições para que os associados tomem conhecimento dos negócios do SICREDI, através dos seus coordenadores de núcleo.
- Proporcionar um permanente canal de comunicação entre o SICREDI e o quadro social, através do seu conselho de administração, para que esse possa tomar decisões que venham ao encontro das necessidades dos associados.
- Proporcionar condições para que o SICREDI desenvolva campanhas de divulgação e outras, junto ao quadro social através dos coordenadores.

O sistema SICREDI define os núcleos da seguinte forma:

Entende-se por núcleo cooperativo a organização dos associados de uma comunidade ou mais de uma, desde que esteja localizada em uma mesma região geográfica e possua afinidade entre seus componentes, aprovado pelo conselho de administração. (Material SICREDI sobre Organização do Quadro Social_ 2003)

Os núcleos podem ser constituídos em toda área de ação do Sistema SICREDI, tanto por iniciativa do conselho de administração da cooperativa, quanto por iniciativa espontânea dos próprios associados, sendo que, os cooperados integrantes do núcleo possuem alguns deveres como:

Participar das reuniões das atividades programadas pelo núcleo, ser associado atuante, defender os interesses do núcleo e do SICREDI, colaborar para o crescimento social e econômico dos associados e do SICREDI, cumprir fielmente todas as disposições estatutárias e regimentais do SICREDI.

Segundo Ricciardi (1992), a grande importância dos núcleos está no fato de que, além dos associados trabalharem em grupo, haja uma comunicação e uma transmissão de informações mais rápida entre os associados e as

cooperativas, fazendo com que haja uma divulgação mais efetiva dos serviços prestados pelas cooperativas para seus associados, tornando uma comunicação mais direta e aberta, ou seja, um intercâmbio entre cooperado e cooperativa.

Os associados possuem também seus direitos como integrantes de um núcleo, que são: votar nas decisões do núcleo, votar e ser votado nas eleições dos coordenadores de núcleo quando houver, obter informações a respeito do Sistema SICREDI, desde que não infrinjam a “lei do sigilo bancário”. Segundo as normas do Banco Central.

Segundo Schmidt e Perius (2003), a instituição cooperativa, não deixa de ter também uma dimensão empresarial. Pois a realização dos objetivos de seus associados requer uma organização que saiba administrar de forma conjunta e com eficiência. Não podendo esquecer que essa forma de organização é uma empresa peculiar em que os associados são proprietários da mesma, e devem atuar com participação e direitos específicos. Nesse sentido o aspecto administrativo e técnico é muito importante, como em qualquer outra forma de organização. Schmidt & Perius (2003) ainda citam Schneider:

... a maioria dos fracassos nas organizações cooperativas não se devem, provavelmente, à falta do espírito cooperativo, mas a falta de visão empresarial, de conhecimento do mercado e de visão técnico administrativa, "porque, quando a cooperativa fracassa como empresa econômica, fracassa igualmente sua pretendida projeção social e humana." (Schneider, 1991 p. 7)

Conforme Schneider (1991) há mais de uma década, já se faz referência à questão da importância e da dificuldade de se manter a democracia cooperativa, justamente porque o crescimento do cooperativismo nos seus diferentes segmentos exigem cada vez mais que seus dirigentes sejam profissionais, uma vez que a forma de administração exige dedicação exclusiva e elevada qualificação profissional, para que seja possível manejar de forma mais adequada volumes muito maiores de recursos, algo que anteriormente não era necessário.

No início, esse serviço era freqüentemente realizado de forma

gratuita pelos dirigentes eleitos. Hoje isso não acontece mais dessa forma. Os dirigentes também possuem remuneração como os demais colaboradores que fazem parte do quadro de funcionários das cooperativas. No entanto, os valores dos salários dos dirigentes são muito altos, diferentemente dos demais colaboradores. No Sistema SICREDI, os colaboradores possuem plano de cargos e remuneração, mas o valor do salário dos dirigentes é votado pelos associados na assembléia ordinária que acontece uma vez por ano. Não há a obrigatoriedade de que os dirigentes sejam remunerados, dependendo apenas da decisão que os associados tomarem em assembléia. Os dirigentes de algumas cooperativas do Sistema não possuem remuneração em função das dificuldades financeiras das mesmas.

Outro aspecto que torna-se extremamente importante para as mudanças em termos de gestão é a questão da legitimidade.

A participação ao nível da *legitimidade* no cooperativismo se processa através do exercício do poder que se expressa na fidelidade a seus valores e objetivos de associação de pessoas e de empresa. (Schneider, 1991 p. 196)

Schneider ainda afirma que:

Na prática, porém é freqüente não ser assim. A autoridade cooperativa se legitima segundo as necessidades, as aspirações e os valores predominantes no quadro social, que são de natureza econômica e imediata: a solução dos seus problemas econômicos, mediante a prestação de serviços específicos por parte da cooperativa. Poucos nutrem expectativa de sua organização se preocupe também com aspectos ideológico-doutrinário e, se está preocupação está presente, ela é manifesta apenas por uma minoria consciente e militante. (Schneider, 1991 p. 197)

Em seu estudo, *O governo de um Município: uma visão antropológica*, Guigo (1989), antropólogo francês que estudou como as diversas lógicas culturais convivem no interior da mesma organização, afirma que as organizações propõem a seus membros um modo de operar regulamentado. No entanto, os atores não necessariamente aderem aos fins propostos, e tampouco

atuam conforme as regras. As regras são materiais disponíveis para os membros das organizações, os quais podem reivindicá-las, utilizá-las, manipulá-las. Isso significa que as organizações não determinam os atos, apenas os condicionam através de um conjunto de mediações.

Isso não é diferente do que acontece no sistema cooperativo. Os princípios do cooperativismo, seus valores e suas ideologias são repassados, não só aos colaboradores, mas também aos associados. Sendo que os associados aderem de forma livre e voluntária e essa ideologia. Ou pelo menos deveriam agir assim, a partir do que é proposto pelos idealizadores do cooperativismo.

Observar-se então, que a proposta inicial do cooperativismo de crédito passou por transformações ao longo do tempo, uma vez que o atual modelo de gestão não foi o modelo originário do cooperativismo. A organização das cooperativas que fazem parte do Sistema SICREDI, em *sistema* tem muito a ver com a globalização, principalmente, a globalização que envolve o sistema financeiro como um todo. As primeiras cooperativas que foram criadas para se oporem ao tradicional sistema financeiro, ou seja, o sistema financeiro bancário, hoje prestam serviços similares a ponto de se tornar praticamente iguais aos bancos na visão de muitos associados, sendo que eles não identificam diferenças entre cooperado e cliente.

A globalização, principalmente da economia, passa a exigir que as cooperativas tenham competência para enfrentarem a concorrência do mercado. Anteriormente, quando as cooperativas foram formadas, não se pensava dessa maneira, ou seja, elas se opunham ao mercado financeiro e hoje, com a globalização elas passaram a fazer parte do mercado.

Oliveira (2001) fala que os funcionários das empresas, bem como os colaboradores das cooperativas, não podem esperar que essas orientem suas carreiras e nem desenvolvam suas capacidades. Os mesmos é que devem procurar se manterem “eficientes, eficazes e efetivos”, e vir ao encontro das necessidades das cooperativas.

O que se percebe no Sistema SICREDI é que, o mesmo também

vem passando pelo processo de globalização, no qual o Sistema como um todo, para o seu desenvolvimento e para manter-se competitivo no mercado financeiro, vem sofrendo transformações. Ou seja, o mesmo precisa tanto qualificar melhor os membros que fazem parte do seu quadro de colaboradores e gestores, bem como manter o seu quadro de associados sempre bem informado. O que de certa forma pode causar interferências na preservação dos princípios e ideologias do cooperativismo, podendo, com isso, perder, de alguma forma, a identificação com as cooperativas de origem, nas quais tudo era decidido nas bases, com os associados. Hoje, é o Sistema SICREDI como um todo, envolvendo as centrais, a confederação e o BANSICREDI, que vem tomando as decisões a partir dos presidentes e diretores, tendo como parâmetro a lógica do mercado financeiro globalizado.

Castells (1999) é outro autor que faz referência a essa questão da globalização, porém ele firma que esse fenômeno não é tão novo assim, pois ocorreu em vários períodos da história, principalmente com a expansão do capitalismo no final do século XIX. Esse autor ainda afirma que a nova estrutura com base na tecnologia de informação não introduziu alteração qualitativa significativa em termos sociais e econômicos ao viabilizar processos globais em tempo real. Ele enfatiza que não se pode esquecer que a revolução da tecnologia de informação e a reestruturação do capitalismo deram origem a uma sociedade em rede e introduziram a globalização econômica, a flexibilidade e instabilidade do trabalho e uma cultura de virtualidade real.

Percebe-se então, que a expansão do Sistema SICREDI dentro do próprio país torna-se uma forma de globalização econômica e também cultural, ao sair de suas fronteiras geográficas, inicia no Rio Grande do Sul, e expandido-se para os demais estados do país. Porém devemos entender aqui, que o fato das cooperativas de crédito do SICREDI, se organizarem em Sistema e esse ser em âmbito Nacional, e não mais local, faz com que o Sistema se submeta a regras globais, principalmente por ser o sistema financeiro um das formas de organização mais globalizadas, pois está submetido a lógicas dos termos globais, sendo assim

há uma contradição fundamental do que o Sistema SICREDI defende e as regras que ele está submetido.

O cooperativismo já tem como um dos seus princípios a questão social, no entanto, a mudança em termos propostos pelo programa do OQS e da melhor formação dos seus gestores no SICREDI agrega à ideologia cooperativista uma forma mais estratégica e empresarial do pensar e agir que exige gestores mais preparados tecnicamente, com formação especializada. Além disso, a proposta do aumento da comunicação entre os gestores e o quadro de associados, proposta pelo programa OQS, busca fazer com que os associados tenham maior conhecimento não só sobre o cooperativismo, mas também sobre seus direitos e deveres.

Isa Maya (1985) faz referência à importância da questão do processo de comunicação para as cooperativas, pois, segundo a autora, é a comunicação que torna-se uma forma condutora do desenvolvimento do seu “corpo social”. As organizações cooperativas servem como base para o desenvolvimento da participação de todos os seus associados, buscando seus direitos e desenvolvendo o aprendizado do exercício do poder. Mesmo assim, apenas a existência desses organismos não são garantia, por si só, da participação dos seus membros.

É possível concluir até aqui que há vários pontos contraditórios dentro do processo da gestão cooperativa, e são justamente esses pontos que vamos procurar entender a partir das pesquisas e observações que foram realizadas nas cooperativas que fazem parte do estudo.

2.2- A POLÍTICA COMO VOCAÇÃO E A PREPARAÇÃO DAS LIDERANÇAS

Uma vez que o tema do estudo são as transformações sofridas pelo Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI, entendo ser necessário falar também, sobre a transformação que o SICREDI vem passando quanto ao preparo de seus dirigentes para exercerem seus cargos.

Oliveira (2001) fala que há uma consolidação de um novo perfil de executivos. O mesmo afirma que, o processo de transformação administrativa, em cooperativas organizadas em sistema ou não, bem como nas empresas de forma geral, exige dos executivos que tenham uma maior responsabilidade e redobrado envolvimento com os negócios.

No início do cooperativismo as lideranças eram escolhidas pela influência que as pessoas exerciam em suas comunidades de origem, o que Weber descreve como “liderança carismática”, aquele em que o líder possui prestígio e é admirado por todos.

Com o passar do tempo esse poder passou a ter uma certa legalidade e, para tanto, foram criadas regras e normas para que as pessoas pudessem se tornar presidentes das cooperativa. Além de serem carismáticos, os líderes passam a ser alvo de uma cobrança de competência funcional. Weber faz a seguinte referência sobre a legalidade e a competência funcional:

Finalmente, há o domínio em virtude da legalidade, em virtude da fé na validade do estatuto legal e da competência funcional, baseado em regras racionalmente criadas. Nesse caso, espera-se obediência no cumprimento das obrigações estatutárias.(Weber, 2002 p. 56)

Nas cooperativas de crédito, a exigência por competência, tanto de seus colaboradores, quanto de seus gestores é uma necessidade para que elas se mantenham competitivas em relação as demais instituições financeiras.

A partir de tal definição, entende-se que o papel dos gestores das cooperativas tornou-se mais importante, e o preparo também. Assim a política apenas como vocação não é mais um pré-requisito aos candidatos a dirigentes da cooperativa, eles passam a ter que demonstrar também competências administrativas.

O SICREDI vem buscando a competitividade através de profissionalização de seus gestores, apesar dos mesmos não fazerem parte do quadro efetivo de colaboradores contratados, pois são eleitos pelo quadro de associados de cada cooperativa.

Na visão dos presidentes que foram entrevistados no estudo, não há mais lugar para amadorismo. Eles ainda defendem que a questão do carisma é importante, assim como a vocação, mas, por outro lado, expressam de forma veemente que a qualificação tem um peso fundamental, uma vez que eles são os responsáveis pela administração das cooperativas, defendem o Sistema SICREDI, pois o mesmo propicia a eles a possibilidade de estarem sempre se qualificando.

O presidente da Central-RS afirma que a formação acadêmica não é o requisito fundamental, porém os presidentes que possuem uma melhor formação escolar têm maiores condições de aproveitar os treinamentos oferecidos pelo Sistema. Os treinamentos abrangem desde o entendimento do que é de como funciona o sistema cooperativo, até o entendimento do mercado econômico de modo geral, sendo que em relação ao último, existem técnicos dentro do Sistema que podem orientá-los.

Essa busca por maior preparação técnica dos gestores é uma mudança bastante grande no Sistema. A questão de troca em termos da gestão das cooperativas, no sentido de informar e conscientizar os associados a respeito da forma de administração das cooperativas é vista, pelos próprios dirigentes do SICREDI e até mesmo pelos colaboradores, como algo de extrema importância para a manutenção do Sistema. Por outro lado, os associados passam a ter uma responsabilidade muito maior na hora de escolherem os dirigentes que os representarão e conduzirão as cooperativas das quais são sócios. O SICREDI, e o cooperativismo de forma geral encontraram como meio de conscientizar seus associados sobre a importância da participação dos mesmos nas tomadas de decisões e de envolvê-los de forma mais participativa na gestão das cooperativas no Programa Organização do Quadro Social (OQS).

Os novos mecanismos institucionais emergentes no cooperativismo brasileiro, que podem conduzir com o tempo, as reformas das estruturas tradicionais de gestão empresarial cooperativa, têm sido definidos a partir de uma estratégia geral denominada *Organização do Quadro Social (OQS)*. Esta estratégia, que visa à construção e organização espacial dos associados em núcleos ou comunidades, tem gerado instâncias alternativas para o exercício do poder na organização, conduzindo a novas formas de participação e de controle democrático. Nesta estratégia, a educação dos associados e a

informação permanente desempenham um papel de fundamental importância. (Valadares, 2000 p. 57)

Para ilustrar o que foi dito até aqui, a seguir será apresentado a visão do atual presidente da Central-RS, a partir de uma entrevista, realizada em 2004.

A VISÃO DO OQS PELO GESTOR DA CENTRAL-RS:

O presidente da Central-RS acredita que em determinadas situações onde há o OQS, a cooperativa tem mais chance de sucesso, pois qualquer problema que a cooperativa tiver em termos de rentabilidade, os associados correm e assumem a cooperativa, uma vez que estão cientes do seu papel como associados e donos do negócio.

Segundo o mesmo, quando não há o OQS, a diretoria fica sem apoio, caso ocorram problemas. Os associados não entendem os processos e isso acaba por desagregar o social. Os associados acabam por assumir e tiram os gestores. Ele diz: “Na verdade a questão de trabalhar o quadro de associados se iniciou no fim da década de 60, início de 70, nas cooperativas agropecuárias, ou de produção”. E mais: “O OQS depende de muita comunicação da cooperativa para com o associado, onde deve se passar a filosofia cooperativista e não o *cooperativismo romântico*, que é irreal e desloca o discurso da prática”.

Ele ainda complementa: “O OQS deve ser feito pelo dirigente da cooperativa e não pelos assessores de comunicação, pois são os gestores os responsáveis pelo relacionamento. Os assessores de comunicação, são comunicadores que podem auxiliar os gestores, mas não são eles os responsáveis pelo OQS. O OQS faz parte do quinto princípio do cooperativismo que é imprescindível, tem como objetivo informar, formar e educar, é o canal de comunicação que precisa criar sintonia entre a sociedade de pessoas e a empresa.”

O presidente explica, que o OQS tem 2 objetivos: 1)-Manter os associados comprometidos com o sistema cooperativo. 2)- O negócio com a cooperativa.

Na sua percepção, o OQS, da forma proposta pelo sistema, ou seja, na forma de nucleação, com relação às cooperativas singulares, exige primeiro um trabalho de convencimento dos dirigentes e executivos dessas cooperativas quanto à importância do mesmo. Somente se isso acontecer é que o OQS funcionará. Mesmo assim, houve o não convencimento de alguns dirigentes, que acham essa forma muito trabalhosa, pois é algo que não termina nunca, é constante.

Ao ser questionado se isso não é uma forma de resistência de alguns dirigentes diz: “Não usaria o termo resistência, porém se sabe que a formação das chapas que concorrem as eleições

de dirigentes, presidente e vice-presidente, bem como conselheiros, mostraria uma representatividade mais autêntica de cima para baixo". Fala também: "Hoje precisamos encarar o OQS como prioridade e a importância dentro do sistema SICREDI é conduzir para que esse processo seja feito pelas cooperativas." E complementa: "É importante entendermos que no cooperativismo a pirâmide de *poder* é invertida, os associados são o topo, porque são eles que são os donos do negócio."

A entrevista ocorreu na sede da Cooperativa Central de Crédito SICREDI, no dia 11 de novembro de 2004, em Porto Alegre - RS.

O poder e a autoridade vão além do carisma. Passa a ser necessário que os dirigentes das cooperativas tenham também preparo técnico qualificado não só para obterem o respeito dos associados, mas porque eles passam a serem responsáveis pelo gerenciamento dos bens dos mesmos.

2.3- A ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS ANOS 90 E O COOPERATIVISMO DO SICREDI

No último século, o cooperativismo sofreu grandes transformações quanto a sua estruturação em sistema e sua forma de gestão administrativa.

Não se pode esquecer que a principal função do cooperativismo é, com certeza, social, já que ele é constituído por membros que têm como interesse a defesa de direitos iguais. Visa, também, criar formas de inserção social e de responsabilização daqueles que fazem parte dessas associações, e ainda assume um papel importante de mediação entre os cidadãos e as instituições.

No entanto, é necessário aqui entender porque a economia solidária e o Cooperativismo de Crédito do Sistema SICREDI não são sinônimos. Tanto a economia solidária quanto o cooperativismo buscam uma forma de inserção social, mas na economia solidária a inserção social está ligada diretamente à igualdade de acesso ao poder. O que não ocorre da mesma forma no cooperativismo do Sistema SICREDI.

Historicamente a economia solidária possui pontos de referências comuns com o cooperativismo na questão da busca por uma forma mais igualitária de economia. Tanto a economia solidária quanto o cooperativismo possuem os mesmos princípios e valores no que diz respeito à ajuda mútua.

A economia solidária propõe uma forma alternativa, de organização da economia que busca a inclusão social de membros menos favorecidos, enquanto que o cooperativismo de crédito do SICREDI, apresenta-se como uma proposta alternativa ao sistema financeiro bancário tradicional. Ambos buscam a melhora das condições sociais e econômicas de pessoas menos favorecidas. Porém na economia solidária há uma presença muito maior da dimensão política, pois a igualdade econômica é vista diretamente ligada à igualdade de acesso ao poder. No cooperativismo de crédito, apesar de também existir a ajuda mútua e a solidariedade, não se pressupõem o desenvolvimento igualitário dos associados, pois as sobras não são distribuídas igualmente, mas de acordo com a quantia movimentada por cada associado. Aqueles que têm mais capital investido na cooperativa sempre receberão mais do que aqueles que possuem menos capital na cooperativa .

O conceito de economia solidária se refere à proposta que busca a inclusão das pessoas excluídas do contexto social, como uma forma de libertar essas pessoas não só da miséria, mas também de torná-las cidadãos. O cooperativismo de crédito rural também faz essa busca quando procura incluir socialmente pequenos agricultores, principalmente aqueles ligados à agricultura familiar. Portanto aqui sim, aparece à ligação entre a economia solidária e o cooperativismo, a busca por uma sociedade mais igualitária.

No entanto, o Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI diferencia-se da economia solidária , pois sua proposta social envolve a gestão coletiva de recursos, assim como acontece em outras cooperativas de crédito que não fazem parte do Sistema SICREDI, sendo que, a gestão visa o desempenho econômico no mercado e não apenas a inclusão social de seus associados, até porque os mesmos não são pessoas social ou economicamente excluídas.

Rosenfield ajuda entender um pouco sobre a questão da economia solidária quando coloca:

Segundo a lógica proposta pela Economia Solidária, para corrigir as desigualdades presentes na sociedade capitalista, a economia tem que deixar de ser *competitiva* para se tornar *solidária*. Assim, o conceito de solidariedade consiste numa forma de comportamento e organização econômica que se realiza através da associação entre iguais para produzir, comerciar, consumir ou poupar. Como a associação igualitária é a condição para que haja solidariedade, é necessário, também, a posse coletiva dos meios pelos quais os indivíduos irão exercer as suas atividades econômicas em cooperação. (Rosenfield, 2003 p. 397)

Para Singer (2003), a economia solidária gira ao redor da idéia de solidariedade para contrastar com o individualismo competitivo que nas sociedades capitalistas caracterizaria o comportamento econômico padrão. Ele ainda afirma que a autogestão é a forma mais completa de igualdade e cita como principal exemplo desse tipo de organização as cooperativas. Nas cooperativas, o capital deve ser repartido igualmente entre todos os sócios que possuem o mesmo direito de participação nas decisões e escolha dos dirigentes que são responsáveis pelas mesmas. No entanto, o mesmo autor ainda deixa claro que é a solidariedade que leva os desfavorecidos e as entidades que promovem a economia solidária a se organizarem de forma cooperativa.

Mello(2005) também reforça que a economia solidária é uma forma de economia que se desenvolveria a partir de empreendimentos autogestionados, com distribuição mais justa da renda, baseados na cooperação.

Icaza (2003) faz referência ao conceito de economia solidária como sendo um fenômeno recente no Rio Grande do Sul, sendo que essa denominação generalizou-se a partir dos anos 90, promovida principalmente por formas de organizações que buscam novas formas de geração de renda.

No Rio Grande do Sul, há uma importante tradição cooperativa e associativa que se desenvolveu desde o início do século XX e teve um crescimento significativo nos anos 60 e 70. Porém, o campo de experiência de geração de renda dentro de uma perspectiva solidária

tem apresentado uma renovação significativa, ampliando-se sistematicamente nas últimas duas décadas. (Icaza, 2004 p.17)

Em estudos recentes no estado do Rio Grande do Sul, sobre economia solidária, a base das pesquisas está no sistema cooperativo, mesmo que esse se diferencie analiticamente, pois o cooperativismo já possui uma forma de organização de caráter solidário. A prática do cooperativismo de crédito tradicional apresenta-se como uma organização econômica. (Icaza, 2004 P.18)

Segundo ainda Icaza (2004), a economia solidária está em construção e se mostra como alternativa ao modelo econômico dominante, exatamente como as cooperativas de crédito, que surgiram no Brasil no início do século XX, vindas de modelos Europeus. Porém, ela propõe discutir o próprio sistema cooperativo desafiando suas instituições, lógica organizacional e poder. Isso porque é preciso entender que economia solidária não é sinônimo de cooperativismo. Pode-se dizer que o cooperativismo é apenas uma das formas de economia solidária. Por outro lado, há modelos de cooperativas que dificilmente poderiam fazer parte do conceito de economia solidária, como o Sistema SICREDI.

Mello (2005) afirma que a economia solidária é uma maneira de haver relações menos competitivas e mais qualitativas. Nela as relações partiriam de um princípio democrático e ao mesmo tempo igualitário, fundamentado em idéias socialistas de distribuição dos resultados.

No entanto, com todas as exigências econômicas e de profissionalização do mercado, percebe-se uma mudança nos conceitos, pois as cooperativas, principalmente as de crédito, se tornaram competitivas para sobreviverem no mercado financeiro e enfrentarem a concorrência do tradicional sistema financeiro bancário. Aqui sim é possível entender que o cooperativismo de crédito, apesar de promover a solidariedade, está inserido no mercado capitalista globalizado e não em oposição ao mesmo.

Um dos presidentes das cooperativas estudadas é categórico em afirmar que:

“No futuro só existirão cooperativas, pois essas têm a vantagem de serem capitalistas e socialistas ao mesmo tempo. E complementa:” o socialismo já provou no mundo todo que não dá certo, porém o neoliberalismo que se prega hoje é voraz e tende a um super desemprego, por causa da robotização “. Complementa dizendo:” as cooperativas serão uma forma de busca para gerar resultados e com isso ser socialmente justa na hora de fazer a partilha dos resultados conforme cada associado contribui com a cooperativa “. E ainda diz:” o cooperativismo aproveita a parte boa do capitalismo e do socialismo “, referindo-se ao capitalismo como sendo:” a busca de resultados “e ao socialismo como:” a divisão dos resultados conquistados “.

Em 2001, no seminário anual do SICREDI decidiu-se, com base na evolução e crescimento que o Sistema estava almejando, estabelecer sinalizadores de desempenho aprovado pelas cooperativas. Entre os sinalizadores encontram-se: rentabilidade, custo fixo x fonte de recursos, tarifas X custo fixo, fonte de recursos por funcionário, APR (ativo ponderado de risco), participação de mercado.

No seminário de planejamento estratégico de 2002, para o triênio 2003 a 2005, foram tomadas inúmeras decisões estratégicas, dentre elas, a alteração da visão, missão, o estabelecimento dos valores, a discussão das políticas internas, o realinhamento das funções das entidades, a criação de critérios únicos para o estabelecimento das metas e a reafirmação do diferencial competitivo, dentre outros. Sendo que, no seminário, foi definido o modelo ideal de uma cooperativa padrão do sistema, que garanta condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável, com adequado nível estrutural de segurança.

Dentre os parâmetros da Cooperativa Padrão encontra-se a implementação do Programa da Organização do Quadro Social que, para o Sistema, tem o seu foco no associado. Sendo que o SICREDI faz a seguinte definição sobre a importância do OQS e dos associados: *“É o associado à razão de ser do SISTEMA e o seu atendimento integral deve ser objetivo, como forma de desenvolver e perpetuar o SICREDI. Nesse sentido, deve a cooperativa buscar maximizar o aproveitamento de seu mercado alvo, ampliando, qualificando e prestando o melhor serviço ao seu quadro associativo. A partir desse diferencial competitivo a cooperativa tem a possibilidade de divulgar o cooperativismo e*

conquistar o comprometimento de seus associados, fidelizando a idéia do seu duplo papel: dono e cliente da sociedade". Tal definição faz parte do Material explicativo do próprio SICREDI, sobre "Cooperativa Padrão".

Assim, o Sistema SICREDI acredita que, através do OQS, estaria praticando um cooperativismo com base social, deixando de lado o individualismo competitivo, pois os associados, organizados em núcleos, estariam praticando a ajuda mútua.

Ao tomar conhecimento da questão da economia solidária, onde às cooperativas são vistas como uma alternativa à competitividade, uma vez que as mesmas proporcionam uma distribuição mais justa de renda e estimulam as relações sociais baseadas na cooperação, precisamos entender que o cooperativismo de crédito não é sinônimo de economia solidária. Pois a economia solidária está mais ligada a uma ideologia política enquanto que o cooperativismo de crédito busca uma alternativa ao mercado financeiro bancário, mas não uma oposição ao capitalismo.

A partir do que foi relatado ficam mais claras as transformações que vêm ocorrendo na gestão administrativa das cooperativas do Sistema SICREDI, que apresentam aspectos contraditórios. Por um lado, as expectativas, os dirigentes do sistema, os executivos pertencentes às Centrais, ao BANSICREDI e à Confederação, passam a ser impostas à cooperativa inteira. Por outro lado, a partir do programa OQS e da organização dos associados em pequenos núcleos, o Sistema busca o resgate dos princípios do cooperativismo, tanto em termos ideológicos, quanto no que diz respeito ao contato real dos associados com a cooperativa. Tal proposta dá a oportunidade aos associados de participarem mais dos processos de decisão das cooperativas, não esperando apenas a oportunidade de se manifestarem nas AGOs, quando raramente as manifestações acontecem.

A seguir iremos aprofundar o entendimento das mudanças sofridas pelo Sistema SICREDI a partir de um dos princípios cooperativista: *A gestão democrática*.

3- DEMOCRACIA NA PRÁTICA: PROCESSO DE ELEIÇÃO NO SISTEMA SICREDI

Como já foi mencionado no capítulo 2, um dos princípios do cooperativismo é a *gestão democrática*, portanto, antes de falarmos sobre o processo de eleições nas cooperativas é preciso entender, o que é democracia e como ela é entendida pelo Sistema SICREDI.

Segundo Pinto (2004), é em nome da democracia que muitas vezes são criados direitos e até mesmo se propõe sociedades igualitárias e mais justas. Mas a autora acredita que a liberdade e a igualdade não são valores que se complementam, mas que se tensionam, pois fala que quando alguém comenta que a democracia deve conter o máximo de igualdade e de liberdade, estaria falando de um ideal de difícil engenharia:

O problema deve ser recolocado e repensado a partir dessa tensão entre liberdade e igualdade como parte da própria natureza da democracia. ... se nós pensarmos só em liberdade, sem igualdade, não estamos pensando em democracia....

E complementa:

Todo regime que pensa só em liberdade, acaba sendo só a liberdade dos mais poderosos, que é muitas vezes resultado do puro liberalismo. Mas, se ao contrário, pensarmos em igualdade absoluta, sem o princípios da liberdade, estamos negando a democracia. (Pinto, 2004 p. 20)

Segundo Kelsen democracia é: "... uma ordem social que garantiria aos indivíduos não só uma participação formalmente igual na formação da vontade coletiva, mas também uma quantidade igual de riqueza".E continua: "É o valor de liberdade e não de igualdade que determina, em primeiro lugar a idéia de democracia. Certamente a idéia de igualdade também participa da ideologia democrática". (Kelsen, 1993 p. 99)

No cooperativismo, o conceito de democracia está diretamente ligado à prática do voto. “A democracia é o sistema de tomada de decisões de grupos, que se concretiza na regra: uma pessoa, um voto” (LOPES, 1997 p. 45)

Schneider (1991) fala sobre a vigência da democracia nas instituições cooperativas, que são ao mesmo tempo empresas e sociedades de pessoas e que, por isso, possuem características peculiares como:

...não se trata de governar os associados, mas sim, de administrar seus interesses e negócios comuns, através de métodos adequados de consulta e participação e com o salvaguarda contra a possível manipulação por minorias ou por alguma força externa a ela. (Schneider, 1991 p. 143)

De acordo com a fala da cúpula do Sistema SICREDI, todos os dirigentes deveriam ter uma formação cooperativista, para legitimar seu poder. Precisam ter uma certa experiência cooperativa, conhecimento da especificidade dessa forma de organização, dos seus princípios, normas e valores, conduzindo a mesma de forma democrática.

Porém, além do conhecimento dos princípios e normas, de compartilhar valores e a ideologia cooperativista, há uma preocupação dos dirigentes da cúpula do Sistema de que todos os dirigentes também tenham conhecimento sobre o negócio e qualificação profissional. Schneider faz uma referência clara sobre isso.

Sob o ângulo da cooperativa como empresa, um dirigente é legitimado pelos associados quando consegue conduzir as atividades econômicas da cooperativa com eficiência, com uso racional de seus recursos e das suas potencialidades e com uma boa prestação de serviços aos associados. Em suma, obtém sua legitimação na medida em que é um bom administrador de empresas. (Schneider, 1991 p. 197)

Segundo essa visão do autor, para haver um equilíbrio em termos de legitimidade, o ideal seria que os dois conceitos, o conhecimento econômico e o conhecimento dos princípios cooperativistas tivessem o mesmo peso na balança.

O que várias cooperativas vêm fazendo é exigir dos candidatos a cargos de direção que esses não sejam apenas bons técnicos, com conhecimento de administração, mas que passem por períodos mínimos de vivência, formação e informação cooperativa, que geralmente se iniciam nos núcleos de base do OQS.

Schneider (1991), ao citar Lassere, fala da democracia cooperativa e de suas crises, uma vez que, segundo esse autor, foi através do cooperativismo que se introduziu a forma mais autêntica da democracia na economia, pois nesse sistema cada homem representa um voto. Porém, Lassere menciona que há pouca participação dos associados na questão das tomadas de decisão, havendo com isso um declínio na democracia cooperativa, sendo que esse autor ainda enfatiza que a cooperação por parte dos associados depende muito mais das realizações dos dirigentes do que dos princípios cooperativos. Isso porque, os associados participam da cooperativa muito mais pela influência, persuasão e até mesmo carisma que os dirigentes exercem sobre os associados, do que pelo real conhecimento dos princípios do cooperativismo e dos direitos de sócio que os associados têm, e que algumas vezes desconhecem. Assim, os associados acabam por estabelecer um vínculo de confiança com os dirigentes das cooperativas, o que conseqüentemente faz com que os associados participem mais.

Ao se destacar a questão da participação dos associados em suas cooperativas, Schneider (1991) acredita que há diversos níveis dessa participação. Aqui é possível destacar dois deles que, para esse trabalho, considera-se os mais importantes:

1- *Participação em nível de legitimidade*: essa se processaria ao nível do poder e teria sua expressão na fidelidade para com os valores e objetivos do cooperativismo.

2- *Participação ao nível do voto*: onde cada associado tem direito a um voto, sendo que isso ocorre desde os princípios de Rochdale e explicitado no estatuto de 1845.

A participação dos associados, no processo de eleição das cooperativas está intimamente ligado à representação, ou melhor, com a

capacidade que os dirigentes possuem de representar os associados, gerando uma relação de confiança entre as partes.

Pinto (2004) refere que é sempre preferível ter mais gente participando dos processos de decisão. Nesse sentido, nas cooperativas, quanto mais os associados participam até mesmo na elaboração da chapa que compõem os candidatos que os representarão, mais democrático se torna o processo, porque são mais pessoas decidindo pelos seus objetivos e interesses.

O que se percebe é que historicamente o cooperativismo trata a democracia como uma prática restrita ao voto e participação dos associados nas AGOS, o que já foi visto até aqui pelos autores descritos é que democracia vai além do voto, é um conceito mais amplo, envolve também as práticas de participação.

3.1- DEMOCRACIA: A PRÁTICA DA PARTICIPAÇÃO

Segundo Gugliano (2004), a democracia não deve ser vista apenas como um regime político, ele vai além, envolve também a participação. Esse autor considera que, a existência de uma estrutura política democrática não garante que todos cidadãos vivam debaixo do teto de uma democracia. A democracia apenas enquanto regime político genericamente possui características onde as pré-condições eleitorais possibilitam que os cidadãos podem tanto eleger seus governantes como também serem eleitos. O que na prática nem sempre funciona dessa maneira.

Sabe-se que, em eleições democráticas há chapas concorrentes. No entanto, no SICREDI isso é uma exceção. O contrário é que se torna a regra, ou seja, eleições com chapas únicas. No período de 1990 até o momento, já houve eleições com chapas concorrentes em algumas cooperativas do sistema, e também já aconteceu em certas cooperativas a concorrência de até 3 chapas em uma única eleição. Mas nunca uma chapa de oposição venceu as eleições.

Segundo o atual presidente da Central-RS, apesar do cooperativismo, prezar pela democracia, a questão de chapas concorrentes pode ser uma forma de enfraquecimento do Sistema, pois na maioria das vezes, a chapa que perde as eleições faz com que alguns de seus membros deixem de ser associados. Por isso, o mesmo acredita que a partir do OQS e da elaboração da chapa junto com os coordenadores de núcleo que representam os associados nas bases, pode se compor uma chapa única e mais forte porque refletiria o desejo dos associados e com isso os mesmos também se comprometeriam mais com o cooperativismo, tornando as cooperativas do sistema mais fortes.

Gugliano (2004), nos faz pensar sobre a participação que está presente no conceito de democracia, para ele a democracia participativa nos permite compreender que tipo de democracia se está praticando. E diz:

... a grande inovação dos modelos participativos, quando confrontados com os elementos que caracterizam as democracias formais, está em quem, enquanto no âmbito representativo liberal o processo democrático fica restringido aos procedimentos, às normas do jogo democrático; na perspectiva participativa os procedimentos eleitorais são enriquecidos pela ênfase em, pelo menos, três novas dimensões. (Gugliano, 2004 p. 275)

Conforme Gugliano, a primeira dimensão da participação se refere ao envolvimento do cidadão com a coisa pública, onde os eleitores devem ultrapassar as simples condições de eleitores envolver-se com o cotidiano, executando e controlando as políticas públicas, assim não mais haveria a idéia do tradicional Estado como máquina burocrática, sendo que esse obteria a legitimidade política através de novos canais de representação popular. Para o estudo podemos pensar a relação do associado com a cooperativa, a proposta do OQS segue essa direção de criar novos canais de participação, para além do voto dando mais legitimidade ao processo.

A segunda dimensão da participação coloca ênfase a deliberação pública, pois essa interfere na forma que o governo elabora e executa suas políticas, sendo que com isso, o Estado precisa assumir e ao mesmo tempo

adequar-se a este modelo de gestão. Aconteceria a medida que o OQS possibilitasse a efetiva interferência participativa nas tomadas de decisão, ou seja na gestão.

A terceira dimensão participativa valoriza aspectos qualitativos do processo democrático. Ou seja, no processo a participação envolve problemáticas que interferem na abordagem democrática tais como: relação homem-mulher, etnia, direitos humanos, capital social, cultura política, etc. O que nos leva a pensar que as relações existentes entre os associados e a cooperativa incorpora outras esferas da vida social indo além da gestão.

A partir do entendimento sobre as três novas dimensões participativas propostas por Gugliano, é possível clarear a importância das Assembléias Gerais Ordinárias e da elaboração das chapas que concorrem às eleições nas cooperativas, que trataremos a seguir. Ficando mais claro o envolvimento dos associados no processo democrático, pois são nas AGOs, que eles exercem a participação. As Assembléias Gerais Ordinárias (AGOs), são a forma de exercício da democracia nas cooperativas, pois é nas mesmas que ocorre a prestação de contas por parte dos dirigentes e onde os associados da cooperativa exercem o seu direito de voto na eleição dos dirigentes e também aprovam o planejamento estratégico, que dará o rumo da cooperativa em termos econômicos e sociais para o ano seguinte.

Faz-se aqui uma ligação da AGO, com o que Rosenfield (1994) fala sobre o “espaço público”, ou “praça pública”, onde os cidadãos discutiam os seus interesses. Para esse autor, a democracia é algo que vai além do voto, representando um sentido político, o espaço público representa um local de discussão, luta, negociação e de diálogo. Para esse autor “o político” representa efetivamente o que é coletivo e comum a todos.

A praça pública torna-se efetivamente um lugar de encontro, de reunião, de discussão e de ações políticas, onde as decisões que dizem respeito ao conjunto da coletividade são elaboradas graças a confrontação de opiniões e à sua deliberação pública através do voto. (Rosenfield, 1994 p. 8)

Para se entender melhor como funciona o processo de eleição na cooperativas, a seguir, faço uma descrição de como ocorrem as Assembléias Gerais Ordinárias (AGOs) nas quais são eleitos os membros dos conselhos de administração e fiscal, bem como a escolha do presidente e vice de cada cooperativa pertencente ao Sistema Cooperativo SICREDI. No entanto, antes disso farei a descrição das mini ou pré-assembléias que acontecem nas cidades onde as cooperativas possuem suas unidades de atendimento (UAs), e que antecedem as AGOs. As pré-assembléias são preparatórias para as AGOs.

3.1.1- Cooperativa de Livre Admissão Rota das Terras – Tapera-RS

Durante o ano de 2004 o presidente da cooperativa afirmou que conseguiu participar de cerca de 90% das reuniões dos núcleos do OQS. Nessas reuniões, a cooperativa sempre procurou levar aos associados informações técnicas sobre economia, mensagens de motivação e sobre como encontrava-se a situação financeira da cooperativa. Por isso, o presidente acredita que os coordenadores questionam pouco nas AGOs, porque já sabem dos dados que estão sendo apresentados.

As reuniões nos núcleos são sempre realizadas à noite, para que a participação possa ser familiar. A organização da reunião, bem como a data é definida pelos associados, juntamente com o coordenador, que é responsável por informar à cooperativa sobre as data da reunião e o local onde ela vai ocorrer. Ele também organiza a mesma junto com os associados desse núcleo.

Os coordenadores de núcleo também têm o papel de trazer informações sobre os problemas e sobre a situação financeira dos associados do seu núcleo. Assim, caso algum associado esteja com dificuldades, a cooperativa tenta ajudá-lo.

O atual presidente conta que, por isso, o índice de inadimplência dos associados para com a cooperativa é muito baixo, cerca de 0,5%. Acredita que

outro fator que contribuiu para que esse índice seja baixo é a participação que o SICREDI tem junto à comunidade, em eventos sociais e em programa diário de rádio. No entanto, o presidente alertou que o índice de inadimplência poderia subir no ano de 2005, não que os associados “sejam caloteiros”, mas devido à quebra de safra, em função da seca. Comentou que se o governo não repassasse recurso aos agricultores que perderam toda a produção, seria muito difícil alguns “darem a volta por cima”, mesmo que a cooperativa procurasse ajudar.

3.1.1.1- Reunião de coordenadores de núcleo: 09 de março de 2005

A reunião aconteceu no município de Tapera, onde encontra-se a sede da cooperativa. Estavam presentes os coordenadores de todos os núcleos das 3 UAs que fazem parte da Cooperativa: Tapera, Selbach e Lagoa dos Três Cantos.

Também estavam presentes os 33 coordenadores, com suas respectivas esposas, uma vez que a coordenação é exercida por casais. A reunião aconteceu às 20hs do dia 09 de março de 2005 na Associação dos Funcionários da Cooperativa de produção (AFUCO).

As reuniões com os coordenadores de núcleo acontecem regularmente a cada 3 meses. Tendo 4 reuniões anuais. Essa reunião específica tinha como objetivo apresentar primeiro aos coordenadores de núcleo o balanço da cooperativa do exercício do ano de 2004, que posteriormente seria apresentado e discutido nas mini assembléias e na AGO. Além disso, a reunião também teve como objetivo a participação dos coordenadores na formação da chapa que concorreria a eleição de dirigentes, presidente e vice e dos conselheiros de administração e fiscal, que aconteceria posteriormente, no dia 22 de março de 2005, data da Assembléia Geral Ordinária.

Os coordenadores eram casais de meia idade ou já de idade mais madura, não havia casais jovens na coordenação dos núcleos do OQS.

A abertura da reunião foi feita pelo assessor de comunicação, que compôs a mesa, com o presidente, vice e gerente regional. Toda a explanação dos dados referente ao resultado que a cooperativa obteve foi feita pelo presidente, e algum dado mais técnico, pelo gerente regional.

Foi possível perceber que as pessoas concordavam com os dados apresentados através de suas expressões. Elas mexiam a cabeça em sinal positivo. Ninguém perguntou nada, não foi feito nenhum tipo de questionamento sobre como se chegou a tal resultado, ou seja, como a cooperativa obteve tal sobra. Os associados demonstravam confiar nos dados que estavam sendo apresentados.

As mulheres pareciam muito atentas às informações que eram repassadas. Após a apresentação dos resultados, foi sugerido que se iniciassem a sugestão dos nomes para a composição da chapa para a eleição na AGO. As mulheres que são associadas como pessoas físicas votaram. Aquelas que apenas acompanharam os maridos não tiveram direito ao voto.

Cada município pode indicar dois nomes para concorrer aos conselhos, pois ficou decidido que o presidente e o vice seriam indicados para reeleição. Em Lagoa dos Três Cantos surgiu um empate entre dois candidatos e para o desempate foi utilizado o recurso previsto em estatuto, segundo o qual vale a matrícula mais antiga de sócio da cooperativa.

Enquanto ocorria a votação para indicação dos candidatos, conversei com um associado e sobre quais os critérios que o mesmo utilizava para escolher o seu candidato. Ele respondeu: “ tem que ser aquela pessoa que é um líder, que trabalha por todos, que tem mais presença e capacidade de administrar, tanto na sua propriedade quanto na UA.”

Após a chapa ter sido montada, foi sugerido que os presentes que concordassem com essa chapa para que a mesma concorresse na AGO batessem palmas, houve uma salva de palmas, indicando que todos os presentes concordaram com a chapa.

3.1.2- Cooperativa Pioneira

Na entrevista com o atual presidente dessa cooperativa, o mesmo contou que a elaboração da chapa única que concorreu à eleição do ano de 2005 não teve a participação dos associados. Segundo ele, a participação dos mesmos na elaboração da chapa para concorrer à eleição nunca aconteceu nessa cooperativa.

O presidente falou que são os próprios conselheiros que determinam quem continuará e quem será substituído, conforme o regimento interno do SICREDI, o RIS. Sua única sugestão ao conselho é que fossem indicados mais conselheiros entre os associados vinculados à área industrial, uma vez que o conselho até o momento era composto de associados ligados apenas à área rural. Disse que fez isso porque a maior parte da cooperativa está inserida em grandes centros urbanos, como Novo Hamburgo e Caxias do Sul. O mesmo afirmou que não interfere na escolha dos nomes perante o conselho, mas pode vetar aqueles que acha que não vão dar certo. Disse que até aquele momento nunca vetara ninguém, embora as chapas passem necessariamente por sua aprovação.

Quando questionado a respeito da não participação dos associados na elaboração da chapa, o mesmo falou que, direção e conselho não costumam chamar os associados para participarem porque os membros eleitos, após serem escolhidos pelos associados na AGO, só assumirão os cargos de conselheiros após aprovação de seus nomes pelo Banco Central. E o Banco Central, por sua vez, só permite que assumam como conselheiros aqueles que possuam “ficha limpa”. Assim, a cooperativa não corre o risco de ter alguém indicado pelos associados e depois esse nome ser vetado pelo Banco Central, porque o candidato a conselheiro não possui ficha limpa, causando constrangimento para a cooperativa e para o associado que havia sido eleito. Conforme o presidente, os associados não têm como conhecer a situação financeira e a ficha de cada um dos indicados. Já o conselho e a diretoria, sim.

O presidente disse que, até o momento, nunca tiveram chapa de oposição, e que os associados sempre aceitaram essa forma de apresentação da chapa pela cooperativa, sem a participação dos mesmos na definição dos candidatos.

3.1.3- As pré-assembléias ou mini assembléias preparatórias

Antecedendo as Assembléias Gerais Ordinárias, as AGOs ocorrem nos municípios que fazem parte das cooperativas, ou seja, onde a cooperativa tem suas unidades de atendimento, ocorre o que o sistema chama de pré-assembléias ou mini assembléias preparatórias. Participei das pré-assembléias realizadas nas três cidades que pertencem à cooperativa de Livre Admissão Rota das Terras, Tapera, Selbach e Lagoa dos Três Cantos. Já na cooperativa Pioneira não foi possível participar de todas as pré-assembléias, no entanto consegui participar em cinco cidades que fazem parte de tal cooperativa, sendo elas: Caxias do Sul, onde foi realizada uma única pré-assembléia para as três unidades de atendimento da cidade, Novo Hamburgo, Gramado, Feliz e Nova Petrópolis.

Nas mini assembléias, a cooperativa já apresenta uma prévia do que será apresentado na AGO, pois, na mesma, nem todos os associados podem se fazer presente, uma vez que a AGO acontece no município sede da Cooperativa. Com isso, as informações que seriam tratadas na AGO são antecipadas aos associados, de forma que esses possam participar pelo menos da mini assembléia do seu município. Dessa forma, a cooperativa consegue repassar as informações que foram tratadas na AGO a um número maior de associados .

Nas Mini Assembléias, além dos dados gerais referentes à situação financeira da cooperativa, é apresentada a situação financeira da unidade de atendimento dentro da cooperativa, para que os associados possam enxergar a realidade de sua UA frente à cooperativa.

A mini assembléia de Feliz-RS, que pertence à Cooperativa Pioneira, cooperativa que não possui o programa OQS, tinha cerca de 950 participantes,

sendo que desse total, 41% eram associados, e os demais eram acompanhantes. Essa unidade de atendimento possui 3013 associados, tendo na mini assembléia a presença de 390 sócios, cerca de 13% do número de associados da cooperativa.

O que mais chamou atenção foi a organização da mini assembléia, que realmente é um evento na cidade. Os associados pareciam estar indo para uma festa, um grande acontecimento. A mesma coisa pode ser observada por parte dos colaboradores da UA e de sua gerente de negócio. A atenção com a qual recebiam os associados era muito interessante. Isso porque muitos dos associados mal falam português, pois a cidade é de colonização alemã. Os colaboradores, que também residem na cidade, recepcionavam os associados falando em alemão. O próprio presidente fez uma parte da apresentação da prestação de contas em alemão.

A mini assembléia aconteceu em um clube da cidade que tem mais de 100 anos, assim como a Cooperativa Pioneira. Em um local à parte, havia um grupo de recreacionistas que estavam à disposição dos sócios que haviam levado filhos pequenos. Enquanto os pais participavam da mini assembléia, seus filhos brincavam, aos cuidados de uma equipe especializada. O que se pode observar nessa mini assembléia era a preocupação com o conforto e o bem estar dos sócios.

Na mini assembléia de Lagoa dos Três Cantos, unidade de atendimento que pertence a Cooperativa de Livre admissão Rota das Terras, que possui o programa OQS, alguns dados chamaram a atenção: a cidade é muito pequena, tem cerca de 1500 habitantes e fica distante apenas 6km de Tapera. O SICREDI é a única instituição financeira no município. 772 pessoas são associadas do SICREDI, ou seja, pouco mais de 50% da população local. Encontravam-se presente na mini assembléia 294 associados. Assim, 38,08% dos associados locais estavam na mini assembléia, que aconteceu no salão do único clube da cidade. Outro dado importante é que, desses 294 associados, 122 eram mulheres, ou seja, 41,5%, um número bastante alto para a média de associadas do sistema que não ultrapassa a 10%.

3.1.4- As assembleias gerais ordinárias(AGOS)

Caberá aos administradores das organizações que integram o Sistema, no exercício das suas atribuições, desenvolver e implementar instrumentos e processos que propiciem a divulgação dos atos relativos a gestão e administração, especialmente quanto à situação econômica, financeira, patrimonial e de desempenho. (Shardong, 2003 p. 74)

A Assembleia Geral Ordinária é a assembleia de prestação de contas da diretoria, bem como o momento da definição do que fazer com as sobras líquidas, além de ser na AGO que acontece a eleição das diretorias, conselho de administração e fiscal, quando previsto em estatuto. Realizei observação participante nas duas AGOs referentes as cooperativas que fazem parte do estudo.

Nas AGOs também acontece a fixação dos honorários e do valor de gratificação, tanto da diretoria quanto da cédula de presença do conselho fiscal e de administração. A cédula de presença consiste no valor que o conselheiro irá receber cada vez que for convocado a participar do conselho.

A AGO se realiza de forma obrigatória uma vez por ano, sempre no primeiro trimestre, quando ocorre o término do exercício social da cooperativa. Porém, quando a mesma não se realiza nos três primeiros meses do ano subsequente ao do exercício sobre o qual serão prestadas as contas, desde que por motivo justificado, essa assembleia passa a ter caráter extraordinário e deve, então, ser convocada.

Nas Assembleias Gerais Ordinárias, uma parte das sobras também tem destinação conforme rege o Estatuto Social do cooperativismo: uma parte é destinada a um fundo de reserva, outra parte ao fundo de assistência técnica educacional e social, o FATES, e ao pagamento de juros ao capital integralizado. Só a partir dessa distribuição é que o saldo restante fica à disposição da AGO, para que seja rateado entre os associados.

3.1.4.1- TAPERA- RS – Cooperativa de Livre Admissão Rota das Terras

A Assembléia Geral Ordinária dessa cooperativa ocorreu no dia 22 de março de 2005, na cidade de Tapera, onde se encontra a sede da cooperativa. Na ocasião compareceram 520 pessoas, sendo que, dessas, 345 eram associados, os demais, ou seja, as 175 pessoas restantes eram acompanhantes como: filhos, maridos, esposas, autoridades e membros da comunidade em geral.

Até dezembro de 2004 o número geral de associados dessa cooperativa era de 5367 sócios, sendo assim, na AGO o percentual de associados presente foi de 6,48% dos sócios, o que aparentemente é um número baixo, mas encontra-se dentro da média de associados que costumam se fazer presente nas AGOs em todo o Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI.

A AGO aconteceu na sede da AFUCO (Associação os funcionários da COTRIJAL), a cooperativa de produção de Tapera-RS. Os associados, ao chegarem, se posicionavam em fila para assinarem a ata de presença e também recebiam um brinde do SICREDI à escolha do associado. Os mesmos ainda recebiam fichas para a bebida, que foi servida durante o coquetel de confraternização, após o encerramento da AGO.

Os associados eram recebidos pelos colaboradores das três Unidades de Atendimento que compreendem a Cooperativa: Tapera, Selbach e Lagoa dos Três Cantos. Os gerentes das unidades de atendimento faziam a integração entre os associados.

Os associados dessa cooperativa são, na maioria, produtores rurais. Apenas cerca de 10% do total deles são mulheres. Porém, muitas mulheres, apesar de não serem associadas, participam da AGO, acompanhando seus maridos. Outros associados trazem também os filhos para participarem da assembléia. A idade dos associados varia muito, mas a grande maioria tem entre 45 e 50 anos, ou idade mais avançada.

A abertura da assembléia iniciou com o hino nacional e só a pós a sua execução é que se deu início à AGO.

O assessor de comunicação da Cooperativa chamou as pessoas que iriam compor a mesa de trabalhos. Essa foi composta pelo presidente e vice-presidente da cooperativa, gerente regional e de controladoria, presidente da Central-RS que esteve prestigiando o evento, e autoridades locais, como: prefeito, presidente da câmara de vereadores, presidente do sindicato rural e os conselheiros de administração e fiscal da cooperativa.

Durante essa AGO, que era uma assembléia de prestação de contas do exercício do ano anterior (2004), ficou muito clara a preocupação dos membros da Cooperativa, representada pelos seus dirigentes, presidente e vice e pelo executivo o gerente regional da mesma, em demonstrar total transparência na apresentação dos números relativos às sobras e rentabilidade da cooperativa.

O que chamou a atenção foi o fato de que, talvez por ter obtido bons resultados, os associados não faziam questionamentos. A própria cooperativa apresentou uma proposta de destinação das sobras e de como cada associado receberia a sua parte. Mesmo nessa hora, não foi feita nenhuma pergunta. Muitas vezes os próprios expoentes da cooperativa questionaram sobre o entendimento dos associados, inclusive incentivando os mesmos a fazerem perguntas, mas isso não aconteceu. A proposta de destinação das sobras, feita pela cooperativa foi votada pelos associados, que aceitaram a mesma por unanimidade. O valor total de dois milhões de reais, quase um milhão foi distribuído aos associados, e o restante, conforme estatuto social, foi distribuído entre o fundo de reserva, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) e o pagamento de juros ao capital integralizado.

A grande preocupação dos associados, que na sua maioria é composta de pequenos produtores rurais, era com relação ao pagamento de suas dívidas com a cooperativa, uma vez que a estiagem tinha acabado com a safra de verão. Nesse sentido, tanto o presidente da cooperativa, o gerente regional, como o presidente da Central-RS repassaram informações dadas pelo governo federal, sobre medidas emergenciais de ajuda aos produtores, assim como os

procedimentos legais repassados pelo Banco Central até a data da assembléia. Ficou acordado com os associados que esses teriam seus casos analisados individualmente em relação às dívidas, e que cada um, à medida que chegasse a data de vencimento de suas dívidas, deveriam procurar as unidades de atendimento para negociarem com os gerentes de negócio. Isso porque até a data da AGO, muito pouco ainda se sabia sobre a forma pela qual governo federal ajudaria os agricultores do sul do país que tiveram prejuízo em função da estiagem.

Após a apresentação das contas da cooperativa e da discussão sobre a crise que a cooperativa poderia enfrentar durante o ano de 2005 em função da quebra de produção na safra de verão, passou a ser votada a escolha da direção da cooperativa, que exerceria um mandato de três anos, de 2005 a 2007. Foi apresentada, uma chapa única, em que havia a proposta de reeleição do presidente e vice-presidente da cooperativa e dos conselheiros de administração, respeitando o estatuto com a troca de um terço que também exercerá um mandato de três anos. Já o conselho fiscal teve uma renovação de dois terços, também conforme estatuto, mas exercendo um mandato de apenas um ano. Essa chapa também foi escolhida por unanimidade pelo voto dos associados, o que foi feito através de uma votação aberta em que os associados ergueram a mão para expressar sua concordância com a chapa apresentada.

A composição da chapa eleita na Assembléia Geral Ordinária dessa cooperativa foi constituída com o auxílio das “lideranças”, nome dado pela cooperativa para os coordenadores de núcleo do OQS, ou seja, os coordenadores ajudaram a compor a chapa juntamente com as orientações dadas pela Central-RS, que cumprem os normativos do Sistema.

Na composição da chapa houve a indicação da permanência do presidente e do vice-presidente. Quanto ao conselho de administração e fiscal, tal chapa foi composta por 3 conselheiros efetivos e 3 conselheiros suplentes, tanto para o conselho de administração quanto para o conselho fiscal, sendo que, cada um representaria uma cidade onde se encontram as Unidades de Atendimento.

O presidente da cooperativa dissera anteriormente que não tinha o

interesse em concorrer a um novo mandato. No entanto, o mesmo admitiu ainda não ter preparado um sucessor, e quando começou a cogitar, nas reuniões de núcleo com os coordenadores, o seu interesse em deixar a presidência da cooperativa, sentiu uma resistência por parte dos associados. Portanto, ele acreditava não ser ainda a hora de deixar a presidência da cooperativa, pois a resistência demonstrada pelos associados seria um indicativo de que sua saída nesse momento enfraqueceria os negócios da cooperativa. Por isso, decidiu concorrer na chapa de reeleição por um mandato de mais 3 anos. Nesse período, acredita ele, será capaz de preparar seu sucessor.

Durante o processo de votação, seja para a destinação das sobras, seja para a escolha da direção da cooperativa, só votam os associados, independente do número de cotas capitais que cada um tem, valendo o princípio do cooperativismo, segundo o qual cada associado tem direito a apenas um voto. Como já foi dito, apesar de votada e eleita pelos associados na AGO, a chapa só toma posse após passar por aprovação do Banco Central.

3.1.4.2- Nova Petrópolis- Cooperativa Pioneira

A Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa Pioneira ocorreu no dia 29 de março de 2005 em Nova Petrópolis, onde encontra-se a sede da cooperativa. Na ocasião compareceram cerca de 712 pessoas, sendo que dessas, 469 eram associadas e 243 eram acompanhantes como: filhos, esposas, maridos, autoridades e comunidade em geral.

Até dezembro de 2004 o número geral de associados era de 30761 sócios, portanto número de associados presente na AGO representa 1,52% do total de associados da cooperativa, um número baixo considerando que essa é terceira maior cooperativa do Sistema SICREDI, bem como a mais antiga. Essa AGO era a de número 103, sendo que a primeira assembléia foi a de fundação em

28 de dezembro de 1902. O presidente da cooperativa naquele momento orgulhava-se de já ter presidido 31 AGO, ou seja, cerca de um terço delas.

A AGO ocorreu no Centro de Eventos de Nova Petrópolis e os associados, ao chegarem, se posicionaram em fila para assinarem a ata de presença. Eles foram recebidos pelos gerentes de negócios e demais colaboradores das unidades de atendimento que fazem parte da Cooperativa: Alto Feliz, Caxias, Estância Velha, Feliz, Gramado, Ivoti, Linha Nova, Presidente Lucena, Morro Reuter, Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Pinhal Alto, São José do Hortêncio, Santa Maria do Herval, Vale Real, Dois Irmãos, Vila Cristina, Picada Café. Além de assinarem a ata, cada associado e acompanhante recebiam uma ficha de bebida para ser retirada na hora do coquetel, que foi servido após o encerramento da AGO.

O público presente na AGO era misto em termos de idade, tendo tanto jovens quanto pessoas de mais idade, mas sabe-se por informação repassadas, tanto pelos dirigentes da cooperativa, quanto pelos gerentes das UAs, que do público jovem, poucos são associados,. O número de associadas mulheres da cooperativa está na média do Sistema SICREDI, que é de 10%, porém havia uma participação grande de mulheres nessa AGO, girando em torno de 40%.

Os associados dessa cooperativa são, na maioria, micro e pequenos empresários, uma vez que a região do estado onde a cooperativa encontra-se é muito desenvolvida em termos de indústria. Os associados que são do meio rural concentram sua atividade principalmente na agricultura de hortaliças e frutas ou na pecuária leiteira. Há também alguns suinocultores.

Antes do início da apresentação dos resultados financeiros do sistema, o presidente da cooperativa convidou o padre vigário geral da paróquia de Nova Petrópolis para fazer uma benção geral. O vigário, por sua vez, convidou também os pastores luteranos e solicitou que, se houvesse chefes de outras religiões que estivessem presentes na assembléia, que subissem com ele no palco do auditório para uma benção ecumênica. O vigário também chamou o padre da congregação Jesuítica e pesquisador da área do cooperativismo de

crédito, que encontrava-se na AGO, para também participar dessa benção. Só a partir dessa benção, e da execução do hino nacional iniciou-se a condução da apresentação da AGO.

Na condução dos trabalhos da AGO houve uma grande preocupação, por parte dos dirigentes quanto à exposição e a demonstração de transparência dos resultados apresentados. Foi muito reforçada a importância da participação do quadro social, referindo-se aos todos os associados da cooperativa, tanto no plano econômico, quanto no exercício do direito de sócio. Os membros da cooperativa ainda apresentaram dados estaduais e nacionais do Sistema SICREDI. Informaram que o mesmo encontra-se presente com unidades de atendimento em 428 cidades do estado do RS, enquanto que o Banco do Estado possui apenas 371 agências. Afirmavam que, em 70 municípios do RS o SICREDI é a única instituição financeira presente, estando ainda presente em 6 estados do país, e em expansão em mais três estados durante o ano de 2005. O presidente reforçou ainda que o SICREDI é uma das grandes empresas nacionais em termos de patrimônio líquido, bem como em desenvolvimento social, uma vez que a preocupação do Sistema é com o desenvolvimento social local onde encontram-se as UAs.

Durante a apresentação, os associados e o público demonstravam prestar atenção nas explicações e não fizeram questionamentos, apesar de serem incentivados a isso, pelos apresentadores. Mesmo durante a prestação de contas e da apresentação das sugestões sobre as formas de rateio das sobras pela cooperativa, não foram feitos questionamento por parte dos associados, sendo a proposta de rateio aceita por unanimidade.

A cooperativa apresentou uma sobra de quatro milhões de reais. Dessa, apenas um milhão e novecentos mil reais foi rateado entre os associados. O restante foi para a distribuição legal, conforme estatuto social, entre os fundos de reserva, o FATES (Fundo de reserva Técnica, Educacional e Social) e o pagamento de juros ao capital integralizado.

Após a destinação das sobras, ocorreu o processo de eleição

para escolha dos conselhos de administração e fiscal, bem como a escolha do presidente e vice.

A composição da chapa para eleição que ocorreu durante Assembleia Geral Ordinária (AGO) foi elaborada pelos próprios conselheiros que já faziam parte do conselho de administração e fiscal. Na elaboração dessa chapa não houve a participação dos associados, que apenas a aprovaram.

Conforme o regimento interno do SICREDI, o RIS, as cooperativas podem ter no máximo 10 conselheiros de administração e 10 conselheiros fiscais, sendo esses efetivos, e não mais do que 3 suplentes para cada conselho. Esse ano, ao comporem a chapa para eleição da cooperativa, foi sugerido, tanto pelo conselho fiscal quanto de administração, que o presidente e o vice permanecessem. E para que não ocorresse a troca de nenhum conselheiro, os mesmos propuseram que houvesse um aumento no número de conselheiros, respeitando o RIS, no sentido da troca de um terço para o conselho de administração e dois terços para o conselho fiscal. Uma vez que a cooperativa tinha apenas 7 conselheiros efetivos e sete suplentes para o conselho de administração e 3 conselheiros fiscais efetivos e 3 suplentes.

Portanto, ao invés da substituição de conselheiros, respeitando o RIS decidiu-se pelo aumento para 9 conselheiros efetivos de administração e 8 suplentes para o mesmo conselho, manteve-se 3 conselheiros fiscais efetivos e 3 suplentes. Houve portanto, a troca apenas de conselheiros fiscais, com a substituição de dois terços do conselho fiscal.

Dessa forma houve apenas uma chapa concorrendo à eleição que teve aprovação por unanimidade dos associados presentes na AGO.

Após a descrição da elaboração das chapas e como ocorreram as AGOs das cooperativas Pioneira e Rota das Terras, descreverei a AGO da Central-RS, na qual, ao invés dos associados, quem decide sobre o destino das sobras são os dirigentes, presidente e vice-presidente das cooperativas singulares.

3.1.4.3- Central-RS

A Central do Rio Grande do Sul representa 56 cooperativas desse estado e mais duas cooperativas do estado de Santa Catarina.

A AGO da Central-RS aconteceu no dia 31 de março de 2006 na sede da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul), em Porto Alegre-RS.

A assembléia iniciou às 10hs da manhã. Seu início aconteceu independente do número de presidente de cooperativas afiliadas que estivessem presentes. Nessa AGO estavam presente os dirigentes ou os representantes por eles designados com devida procuração para voto. Das 56 cooperativas que fazem parte do Sistema no Estado do Rio Grande do Sul, 51 cooperativas se faziam presentes e apenas cinco, não.

Antes do início da assembléia, os presidentes ficaram no saguão onde já havia um café a espera dos mesmos. Esses conversavam, muitas vezes divididos em grupos por regionais. A Central-RS possui 6 regionais no estado, cada regional compreende em média um número de 9 cooperativas.

Às 10hs foi composta a mesa oficial, com o presidente e vice da Central-RS, Presidente e vice do BANSICREDI e da Confederação, bem como os presidentes das demais centrais estaduais, PR, MT, MS e SP, que participavam também da AGO da Central-RS. Após a composição da mesa, foi executado o hino nacional. A mesa de trabalhos se desfez, ficando apenas o presidente e vice da Central-RS, bem como o presidente da BANSICREDI e da Confederação.

Da mesma forma que aconteceu as mini assembléias preparatórias para as AGOs das cooperativas, a Central promoveu encontros nas 6 unidades, sendo um encontro por unidade, no qual foi apresentado para os presidentes, os resultados e desempenho da Central-RS no ano de 2004.

Na AGO da Central-RS foi muito discutida a questão de programas sociais que o SICREDI vem ajudando a desenvolver, como o UFV (Programa

União Faz a Vida), destinado ao ensino do cooperativismo nas escolas, em parceria com as cooperativas de produção, prefeituras e diversas universidades do estado do RS. O presidente da Central também apresentou dados, que mostravam que mais 10 cooperativas do sistema no RS estavam implantando o OQS, dentro dos métodos sugeridos pelo sistema, com a formação de núcleos.

A grande maioria das cooperativas encontrava-se representadas por seus presidentes, vices, gerentes regionais e algumas com seus gerentes de controladoria. Na AGO da central só o presidente tem direito a voto ou pode emitir uma procuração para alguém da cooperativa que o represente e vote por ele. No ano de 2005, não ocorre eleição para presidente e vice da central, tal eleição ocorrerá na AGO de 2006.

Como os presidentes já sabem o que vão votar, pois tiveram as mini assembleias das unidades, não há questionamento sobre os destinos das sobras da Central-RS.

O presidente da Central-RS inicia o trabalho com a apresentação dos números contábeis da Central e das 6 unidades do estado, tais números são baseados no resultado da auditoria externa feita na Central.

Exatamente da mesma forma como é feita uma auditoria nas cooperativas, pelos auditores da Central, que emitem os pareceres sobre os resultados anuais das mesmas. As cooperativas se baseiam nesse parecer para apresentarem os resultados para os associados. As centrais estaduais também passam por auditoria, no entanto, na Central, ela é feita por auditores independentes, que verificaram sua situação contábil conforme as exigências do Banco Central. Na AGO, os auditores foram chamados pelo presidente da Central-RS, e leram, na hora, para todos os presidentes, o resultados da auditoria.

Após a apresentação de todos os resultados foi votado o destino das sobras da Central. O resultado foi convertido em mais retorno financeiro para as cooperativas, após a destinação legal de uma parte dos resultados para o fundo de reserva da Central, conforme o estatuto do Banco Central que rege as cooperativas.

Por fim, foram votados os honorários do presidente e do vice-presidente da Central-RS, sendo que o salário fixado para o primeiro foi de R\$ 19.693,43 e o do vice, de R\$ 15.757,73 por mês.

A AGO foi encerrada com uma apresentação de teatro de um grupo de crianças que fazem parte do projeto União Faz a Vida, da cooperativa de Encantado. Os mesmos apresentaram uma peça musical durante o qual o público interagiu de forma entusiástica, cantando com as crianças. A peça trazia uma mensagem de paz, pedindo que houvesse uma transformação do olhar de todas as pessoas na educação.

Após o encerramento da peça teatral, um grupo de associados pertencentes à cooperativa de Joinville-SC, que também pertence a Central-RS deu um depoimento contando a transformação que a associação da Câmara de Dirigentes Lojista (CDL) sofreu para se tornar cooperativa. Segundo eles, não havia conhecimento por parte de seus dirigentes e associados, sobre os ideais do cooperativismo, apenas de associativismo, ou seja, os sócios da CDL não entendiam a diferença entre cooperativismo de crédito e associativismo. Com a vinda do SICREDI para Santa Catarina e a parceria feita com a CDL, os associados, além de sócios da CDL, passaram também a ser cooperados do SICREDI. Aprenderam, com isso, a trabalhar de forma cooperativa. Essa cooperativa é uma das mais novas do sistema, pertencente a Central-RS.

Ao finalizar os trabalhos dessa AGO, os dirigentes participaram de um almoço, durante o qual houve uma maior integração de todos. Foi um momento festivo e, aí sim, as pessoas se misturam nas mesas, não se agrupando apenas as pessoas pertencentes a sua própria unidade. Elas estavam mais descontraídas. Em seguida do almoço, os presidentes voltaram ao auditório, onde seguiu a AGO do BANSICREDI e da Confederação.

A partir do relato das mini assembléias, da formação das chapas para eleição dos dirigentes das cooperativas e da descrição das AGOs, é possível entender melhor o que Gugliano e Pinto falam sobre a prática da participação na

democracia, na qual o processo democrático acontece quando mais pessoas tem participação e assim a gestão torna-se mais democrática, pois o poder não encontra-se na mão de poucos. Os gestores nada mais são do que representantes dos associados que são os verdadeiros donos do negócio.

Outra observação possível de ser feita a partir do estudo é que não há uma renovação de pessoas dentro dos conselhos e na direção das cooperativas, e quando isso ocorre, é com um número muito pequeno de conselheiros. Raramente nos conselhos há ingresso de novos sócios, sócios com idéias novas e, menos ainda, de jovens que possam renovar as cooperativas. Isso nos leva a pensar que o Sistema possa estar envelhecendo. O sistema visa a participação das famílias, e isso acontece, mas não há participação direta dos jovens, esse tem pouca possibilidade de ocuparem cargos de liderança dentro do Sistema. A inexperiência na parte de gestão cooperativa é a justificativa encontrada pelos dirigentes do cooperativismo para que os mesmos não assumam cargos dentro dos conselhos fiscais e de administração, preparando-se para assumir, no futuro, cargos de presidente e vice. Não há uma renovação de diretorias. Por mais que haja a troca de um terço do conselho de administração e dois terço do conselho fiscal. Muitas vezes são reeleitos ex-conselheiros, que já tiveram mandatos anteriores.

Por outro lado fica claro que, se as cooperativas não organizarem de alguma forma o seu quadro de associados e formarem novos líderes, há uma tendência maior de desistência por parte dos associados jovens. Esse incentivo de participação dos jovens deve partir das cooperativas e o OQS incentiva o surgimento de novos líderes, o que de certa forma pode ameaçar aqueles que encontram-se no poder.

No entanto o discurso dos dirigentes é outro. Aqueles que fizeram parte do estudo, falam que vêm encontrando uma certa dificuldade na sua sucessão, pois no fundo não possuem líderes preparados para assumirem seus lugares. Ambos os presidentes falam que gostariam de deixar a presidência da cooperativa, mas ao mesmo tempo, sentem orgulho de serem indicados para uma reeleição, pois acreditam que são bons dirigentes uma vez que estão fazendo com

que as cooperativas se desenvolvam. Sentem-se também reconhecidos, e o reconhecimento é algo importante para os líderes, não só dentro do Sistema como também o reconhecimento social na comunidade em que vivem. Segundo os dirigentes, o reconhecimento de que são alvo acaba impedindo-os de deixarem as suas cooperativas, já que isso não seria bom para o Sistema.

De certa forma, isso não deixa de ser uma justificativa para que esses dirigentes mantenham-se no poder, pois esse reconhecimento e admiração legitimam o seu poder tornando difícil para os mesmos a busca de sucessores. Eles acabam por não preparem novas lideranças para assumirem as cooperativas e tampouco, os associados para aceitarem os novos dirigentes. Percebe-se aqui nitidamente a dificuldade da renovação do poder.

Foi possível constatar, a partir desse estudo, que na cooperativa, onde há o OQS, ocorre também uma maior participação dos associados nas tomadas decisões, nos encontros de coordenadores de núcleo, nas mini assembleias e nas AGOs. Nela a elaboração da chapa que concorre à eleição da cooperativa foi elaborada pelas escolhas dos associados. Já na cooperativa que não possui o OQS, a participação dos associados nas tomadas de decisões é muito menor. Esses não ajudaram na elaboração da chapa que concorreu à eleição, aprovaram a chapa montada e apresentada pelos dirigentes da cooperativa.

3.2- DEMOCRACIA E GESTÃO

Como já foi discutido anteriormente é impossível falar em democracia sem estudarmos a relação da prática da democracia com a gestão. Portanto, aqui farei uma análise da democracia sendo que, essa está ligada à questão de autogestão. A partir, dos relatos acima das pré-assembleias e assembleias gerais ordinárias é possível pensar a forma que possui a gestão das cooperativas do

Sistema SICREDI, relacionando com a leitura e o entendimento que as ciências sociais tem do conceito de autogestão.

3.2.1- Autogestão e a gestão do sistema SICREDI

A autogestão está relacionada diretamente com práticas sociais com características democráticas quanto à tomada de decisões, mas não necessariamente refere-se à gestão de forma cooperativa. A autogestão vai além de simplesmente gerir processos, pois envolve também a questão do poder de decisão, ou seja, a questão da distribuição do poder de decidir.

Portanto, é importante que se entenda que autogestão não tem relação direta com o cooperativismo, pois a mesma apenas representa uma forma de organização de pessoas no trabalho, a estrutura da organização autogerida não necessariamente será a estrutura cooperativa. Na prática as cooperativas trabalham usando a autogestão como valor solidário, uma vez que essa representa relações sociais de cooperação.

Albuquerque (2003) descreve autogestão da seguinte forma:

É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas ou grupos, independente do tipo de estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais. (Albuquerque, 2003 p. 20)

Segundo Albuquerque (2003), a autogestão não deve ser pensada apenas como uma simples modalidade de gestão, para ele a autogestão possui quatro dimensões: caráter social, econômica, política e a técnica.

No estudo podemos considerar mais fortemente a presença de duas dessas dimensões, a política e a técnica. A dimensão política, busca a democracia das relações de trabalho, sendo que ela se fundamenta a partir de representações, valores, princípios e práticas, em que o coletivo é responsável

pelas tomadas de decisão e o poder é compartilhado no que se refere a opinar e decidir, e ainda há respeito das diferenças de papéis e um equilíbrio de forças. Já a dimensão técnica propõe uma outra forma de organização e de divisão de trabalho. (Albuquerque, 2003)

Assim, se relacionarmos a autogestão com a prática da gestão do Sistema SICREDI, o fundamental é a participação e o conhecimento quanto ao negócio cooperativo, não só dos colaboradores contratados e de seus dirigentes, mas também dos associados. No entanto, participar apenas não é autogerir. A participação, de forma individual é uma forma de colaborar, mas que carece de iniciativas para o desenvolvimento do coletivo.

Portanto, fica claro que a participação pura e simples dos associados nas pré-assembléias, AGOs não significa que esses praticam autogestão.

Icaza (2004) fala da fragilização ou mesmo da inexistência na autogestão de alguns princípios como o solidarismo, a democracia e o igualitarismo, referindo que os espaços dados aos associados para a participação tornam-se formais, como são as assembléias e as eleições, e faz uma crítica, afirmando que os mesmos são pouco efetivos e, com isso, tende-se a manter os quadros diretivos de forma quase que permanente:

Não há uma prática autogestionária propriamente dita. Do ponto de vista normativo, estes empreendimentos aderem ao discurso da *doutrina cooperativa*, enfatizando o caráter social dos resultados, que beneficiam os associados e não apenas um proprietário, como no caso das empresas capitalistas. (Icaza, 2004 p. 41)

Guillerm & Bourdet que estudam as questões ligadas à autogestão dizem:

... a autogestão é uma transformação radical, não somente econômica, mas política, levando-se em conta que ela destrói a noção de política, para criar um outro sentido da palavra política: a saber, a manipulação sem intermediário e em todos os níveis, de todos os “*seus negócios*” por todos os homens. (Guillerm & Bourdet, 1976 p. 31)

Oliveira resgata isso quando fala que:

...normalmente as expectativas da cooperativa são resultantes das expectativas de seus próprios executivos, é muito importante que ocorra uma inversão no processo de análise crítica das principais questões cooperativistas. Verifica-se que essa questão torna-se mais importante no caso das cooperativas, pois estas deveriam representar, na amplitude, as expectativas de seus cooperados. (Oliveira, 2001 p.49)

A partir da citação dos três autores, o que se entende é que em geral as cooperativas, apesar de pregarem a autogestão, não a praticam na íntegra de acordo com os princípios tradicionais e idealizados da autogestão.

A autogestão faz parte dos ideais que orientaram o modelo de do cooperativismo de crédito, que deu origem ao Sistema SICREDI desde quando, ele ainda era chamado de caixas rurais, no início do século XX. No entanto, o que se percebe hoje é que a expansão do Sistema, a globalização do mercado financeiro passara a exigir uma maior organização por parte das cooperativas, para tornarem-se competitivas no mercado financeiro e assim deixando de lado as decisões nas bases, ou seja, os associados.

A respeito dessa questão, o presidente¹¹ de uma cooperativa, que não faz parte das cooperativas estudadas da mostra, diz: *“Sabemos da necessidade de nos organizarmos em sistema para sermos competitivos e mantermos nossos direitos e vantagens de sermos cooperativas, mas em função dessa organização em sistema estamos nos esquecendo das bases”*, fazendo assim uma referência aos associados. O mesmo fala também: *“Estamos invertendo o papel de decisão. O que antes era levado das bases até o sistema, hoje parte das centrais, do banco ou da confederação para as bases. E isso não é cooperativismo”*, referindo-se às normas decididas pelas centrais estaduais.

(11) Durante a AGO da Central-RS conversei com presidentes das cooperativas, de maneira informal, nas quais trabalhei, pois todos os presidentes das cooperativas sabiam que eu estava participando de tal assembléia para fazer observações pertinentes ao estudo. Assim, na conversa um deles fez tal comentário, que penso ser pertinente ao que está sendo apresentado.

Portanto percebe-se que a relação do Sistema SICREDI com a prática da autogestão envolve algo mais e podemos pensar então, na relação com a terceira nova dimensão proposta por Gugliano, pois essa dimensão da participação democrática envolve relações mais qualitativas. Ou seja, o sucesso das cooperativas estudadas pode estar não só na gestão, mas também em práticas que apontam para relações nas quais o capital se desenvolve, não por práticas econômicas, mas sim por relações pessoais, como veremos no capítulo a seguir o estudo sobre o capital social.

4- A PRÁTICA DO COOPERATIVISMO E CAPITAL SOCIAL

O Conceito de Capital Social, no sentido que utilizaremos no trabalho, surgiu recentemente nas ciências sociais, sendo introduzido pelo professor de política da Universidade de Harvard, Robert Putnam, a partir de seu estudo publicado em 1993, *Comunidade e democracia: experiência da Itália moderna*. Esse estudo, iniciado em 1970, buscava responder a questão de porque, na Itália houve um maior desenvolvimento da região norte do que do sul. A pesquisa não buscava uma explicação a partir de dados econômicos mas, sim, de natureza sócio-cultural. Concluiu o autor que a capacidade dos cidadãos de se organizarem e desenvolverem relações de confiança nas suas respectivas comunidades é um fator primordial na geração de desenvolvimento econômico e social.

Moraes (2003), ao citar Putnam, fala que quando existe o capital social em uma região, tornam-se mais fáceis e possíveis ações colaborativas que resultam em benefícios para a comunidade. Assim, o conceito de capital social supõe que o processo de desenvolvimento econômico está ligado tanto na presença quanto na qualidade das relações sociais.

Para Moraes (2003), o termo capital social, bem como capital humano, estariam ligados à ampliação do significado do termo *capital*.

Capital Social significa relações sociais institucionalizadas na forma de normas ou redes sociais. Estas relações sociais são institucionalizadas porque representam acúmulos de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações de grupos, comunidades ou classes sociais. (Moraes, 2003 p. 127)

Putnam (2002) faz uma relação entre o capital social, a confiança e as associações de crédito rotativo, e diz que a cooperação de forma voluntária torna-se mais fácil em comunidades onde há “estoque” de capital social, onde há regras de reciprocidade e sistemas participação. E fala: “O capital social diz

respeito a características de organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas.” (Putnam, 2002 pág. 177)

Para Putnam, o capital social é usado para ampliar os serviços de crédito, na medida que serve como garantia, sendo que muitas vezes as associações de crédito rotativo estão ligadas a cooperativas e a outras formas de mútua assistência e solidariedade. Segundo o autor, isso acontece porque todas as formas de capital social, no caso aqui o crédito, se valem do “estoque” de capital social.

Ridell & Vogt (2003) fazem uma consideração sobre a questão do capital social e a relação do desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul, e afirmam que a metade norte do estado, que é marcada pela colonização de imigrantes europeus que possuem pequenas propriedades, há um acúmulo de capital social que fortalece iniciativas como o associativismo. Afirma também que esse seria responsável pelo fortalecimento de relações de confiança e, em consequência, pelo hábito da cooperação, solidariedade e até mesmo espírito público. Já a metade sul do estado, a região da Campanha, seria um ambiente menos propício à cooperação por haver uma baixa acumulação de capital social, pois essa região é marcada historicamente pela escravidão e por menos prática de participação.

Bandeira(2003) é outro autor que aborda o tema do capital social quanto as diferenças regionais no Rio Grande do Sul. Seu estudo está baseado em uma pesquisa realizada pelo Fórum Democrático, que segue a linha da pesquisa de Putnam. O resultado dessa pesquisa permitiu que fossem criados indicadores de capital social, sendo que um desses indicadores é a participação em associações voluntárias, no caso as cooperativas. O resultado foi apresentando por regiões do estado do Rio Grande do Sul, sendo que o estado foi dividido em quatro regiões: a Sul, a Norte, a Nordeste 1 e Nordeste 2. A região sul é predominantemente agrícola e está situada entre os vales do rio Jacuí e Ibicuí, onde predomina a grande propriedade rural e pecuária. A norte é também uma região agrária e compreende as áreas do Planalto ao Alto Uruguai, composta de

pequenas e médias propriedades. A região nordeste, segue o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, sendo dividida em nordeste 1 compreende a região metropolitana e a nordeste 2 abrange área coloniais mais antigas do Estado. A região norte e nordeste 2 foram marcadas pela imigração européia, já a região sul é predominantemente ibérica, sendo que, as regiões coloniais antigas tiveram pouco contato com a escravidão, pois a legislação proibia que imigrantes adquirissem escravos.

Portanto, o resultado da pesquisa demonstrou que quanto ao indicador de capital social referente a participação em associações voluntárias que inclui o cooperativismo, a região norte e nordeste 2 possuem um índice alto em contraponto com a região sul e nordeste 1. Sendo que, é exatamente nas duas regiões a norte e nordeste 2 que encontram-se as cooperativas estudadas. A Cooperativa Rota das Terras encontra-se na região norte e a Cooperativa Pioneira na Nordeste 2. (Veja tabela anexa)

O conceito de capital social torna-se útil para entendermos as semelhanças das duas cooperativas que fazem parte do estudo. Elas diferem quanto à questão da implementação OQS, pois uma o possui e outra, não. Mas antes é preciso voltar um pouco na história do surgimento das duas cidades em que se encontram as sedes das cooperativas estudadas. Ambas foram formadas por descendentes de imigrantes europeus vindos principalmente da Alemanha e Itália.

A criação do Sistema SICREDI, ainda no início do século passado, se deu a partir de trabalhadores rurais, camponeses e agricultores, sendo que, nesses grupos sociais, os laços familiares até hoje são muito fortes. Isso porque, praticamente toda a família está ligada à terra. Para as famílias que deram início ao sistema de crédito cooperativo, a terra era a única fonte de subsistência, e, até hoje, para muitas, continua sendo assim. Já as relações sociais entre as famílias aconteciam através da igreja, das festas religiosas, onde as mesmas se encontravam e até hoje se encontram. Todos se conheciam ou se conhecem e, portanto, a relação de confiança, até hoje, é algo valorizado.

Segue a baixo, quadros que apresentam perfis que foram construídos pela autora, a partir de entrevistas realizadas com alguns associados da Cooperativa Rota das Terras. Esses perfis ilustram as dimensões apontadas, tais como: a relação dos associados com a cooperativa, as suas histórias de vida e a relação dos mesmos com a terra e atividades financeiras. As entrevistas foram realizadas entre julho e dezembro de 2005. Os nomes utilizados são fictícios. Os trechos entre aspas reproduzem as falas dos entrevistados.

A HISTÓRIA DE NELLO E SUA FAMÍLIA

A família em que apresentaremos a seguir é de origem italiana e reside no município de Tapera há 100 anos. O Sr. Nello conta que seu bisavô veio viúvo da Itália, com 10 filhos (3mulheres e 7 homens), sendo que o seu avô chegou ao Brasil com 10 anos e foi residir com o pai e os demais irmãos na colônia italiana de Nova Palma-RS, próximo a Santa Maria-RS. Seu Bisavô comprou então 7 lotes, cada um com 24 hectares, um lote para cada filho. As mulheres, segundo o Sr. Nello, não têm direito a herança da terra. Como a terra lá era pouca, o seu avô decidiu, quando adulto, se mudar para Tapera, onde havia mais possibilidade de aquisição de lotes de terra. Em Tapera, seu avô teve 8 filhos, sendo 5 mulheres e 3 homens. O pai do Sr. Nello herdou a terra do seu pai, com cerca de 48hectares. O Sr. Nello tem mais 2 irmãos, uma mulher e um homem. O pai do Sr. Nello dividiu a terra herdada de forma “um pouco mais justa”, deu para o Sr Nello, que é o filho mais velho, 20hectares, ao segundo filho homem, 16hectares, e a filha mulher, ganhou 12 hectares de terra. Posteriormente o Sr. Nello negociou com seu irmão e adquiriu os 16hectares dele. Este último comprou outra quantia igual de terra em outra localidade. A esposa do Sr. Nello herdou de sua família 5 hectares que foram incorporados às terras do Sr. Nello, que já possuía, então, 41 hectares. Mais tarde, o Sr. Nello comprou de seus cunhados 21 hectares de terra, ficando assim com 62 hectares. Também se tornou sócio de mais 6 hectares que comprou com seu irmão, sendo que esses hectares estão divididos em duas propriedades em localidades diferentes, mas ambas no município de Tapera.

Sua produção é bem diversificada, planta uva para fabricar vinho, cria 400 porcos em parceria com a cooperativa de produção, além de plantar soja, trigo e milho. Tem também um restaurante, uma Tratoria, que é um ponto turístico, só promove almoços ou jantares para grupos organizados sob encomenda. A Tratoria funciona no porão de pedra da casa da propriedade e tem estilo arquitetônico tipicamente colonial italiano.

O Sr. Nello é um homem do campo, tem cerca de 55 anos e forte sotaque italiano. Sua formação escolar não vai além do ginásio, mas ele investiu no estudo dos filhos. Tem um casal. Eles cursaram técnico agrícola na Escola Agrotécnica Federal de Sertão-RS. O filho mais novo, depois do curso de técnico agrícola parou de estudar, e ajuda o pai nos negócios. A filha fez faculdade de veterinária em Santa Maria, mestrado e depois foi embora para Rio Verde, em Goiás, trabalhar na empresa Perdigão, na área de suínos. Sempre que está de férias ou que pode, ela também ajuda o pai nos negócios.

O Sr. Nello contou que teve que administrar as terras do pais desde os 14 anos. Sua história de entrada no Sistema SICREDI aconteceu da seguinte forma: aos 30 anos o Sr. Nello se associou ao Sindicato Rural. A seguir, decidiu fazer um curso de Liderança Sindical, promovido pela FETAG. Tendo se destacado nesse curso, acabou sendo confundido com um diretor no sindicato, pelos instrutores do curso. A partir dessa confusão, na eleição seguinte, a direção do sindicato o convidou para participar como conselheiro fiscal do sindicato. Quando se deu a fundação do PT (Partido dos Trabalhadores), uma parte dos sindicalistas não se acertou mais com a direção do sindicato, formaram uma chapa de oposição. Neste momento o convidaram para concorrer às eleições como candidato à presidência. Para sua surpresa, a chapa de situação também o convidou para ser candidato à presidência. Assim, acabou sendo eleito presidente do sindicato por consenso entre as duas chapas e exerceu um mandato de 3 anos. Sr. Nello diz não ter agradado a turma do PT, pois acredita que não ter se identificado com a filosofia do PT. Na época, ele ganhava o equivalente a dois salários mínimos para exercer a função de presidente do Sindicato. Quando encerrou o mandato decidiu não concorrer mais, pois afirma não gostar de se "adonar" do poder e também porque queria sair para trabalhar na lavoura. Mesmo assim, no mandato seguinte exerceu a função de secretário. Quando deixou esse cargo, foi convidado para ser conselheiro de administração da cooperativa de produção.

Posteriormente, foi conselheiro fiscal e, mais tarde, diretor de crédito da cooperativa de produção. Foi convidado a se associar na cooperativa de crédito porque era sócio da cooperativa de produção, e ambas cooperativas trabalhavam em parceria. Daí em diante passou a exercer cargo no conselho da cooperativa de crédito e, no mandato do último presidente, foi escolhido para ser diretor de crédito.

O Sr. Nello relatou que quando foi diretor de crédito cobrava dos ricos e dos pobres, e, ao cobrar os ricos, arrumou muita encrenca. Ele diz: "É muito certo. Quem deve tem que pagar." Também falou que gostaria de ter sido presidente da cooperativa de crédito, mas não fez campanha para isso e sempre apoiou o atual presidente. Desde que o atual presidente está à frente da direção da cooperativa o Sr. Nello já foi suplente e titular no conselho fiscal, porém, quando assumiu como titular, renunciou ao mandato para concorrer a uma vaga de vereador, porque, conforme o RIS (Regimento Interno do SICREDI), os dirigentes da cooperativa, sejam os diretores ou conselheiros, não podem ser filiados a partidos políticos.

O Sr. Nello acredita que a cooperativa é a solução para o problema dos pequenos. “O que tenho hoje, devo à cooperativa”. Ele se orgulha de ser uma pessoa que pensa à frente. Comentou que todo o dinheiro que lhe sobra, reinveste na propriedade. “A Tratoria foi toda financiada com dinheiro da cooperativa”.

Também falou da importância da tecnologia, mesmo no interior. Ele tem telefone e foi um dos primeiro 50 moradores de Tapera a ter Internet turbo.

O Sr. Nello também fez referência à importância do incentivo da cooperativa de crédito para que os agricultores diversifiquem sua produção, não ficando presos a uma única cultura, sujeitos às interperes do tempo. Disse que a cooperativa incentiva a produção com alta tecnologia, exemplificando com a tecnologia leiteira e a tecnologia para produção de uva. Segundo Sr. Nello, a participação da cooperativa em tudo isso é muito importante. Ele deve todo seu crescimento a ela.

Em sua casa, todos são associados da cooperativa como pessoas físicas: ele, a esposa, o filho, e a Tratoria, como empresa. O Sr. Nello participa sempre das reuniões de núcleo do OQS da sua comunidade, ele acha importante, pois incentiva os associados a pensarem em metas e quererem crescer junto com a cooperativa. Disse que aprendeu a se organizar como um Sistema.

O Sr. Nello falou que a cooperativa de Tapera já trabalha com os núcleos do OQS há mais de 20 anos, foi um das primeiras a desenvolver o seu quadro de associado da forma que o Sistema SICREDI vem sugerindo no momento. Ele acredita que, com o OQS, o caminho da informação passa a ser maior e mais claro. Isso porque os dirigentes da cooperativa vão à comunidade local, estão juntos, e isso é importante porque possibilita mais abertura para a participação dos associados.

O mesmo também fala da importância da troca do presidente, apesar de achar o atual muito bom e que a cooperativa não apresenta problemas de rentabilidade. Acha que a troca é importante para que se tenha novas idéias e por isso diz que os núcleos são importantes para a preparação de novos gestores. Para ele, essa deve ser uma preocupação constante da cooperativa, também acha importante que, nos núcleos, a parceria seja feita com os casais.

OBS: Foram realizadas duas entrevistas, com o Sr. Nello, entre julho e dezembro de 2005. O nome utilizado no texto é fictício. A entrevista relatada ocorreu na casa do associado, que fica distante da cidade cerca de 5km, onde é a sede de sua propriedade.

O SUCESSO DE Sra. VICTÓRIA

Sra. Victoria é veterinária. Ela é casada e tem entre 35 e 40 anos. É criadora de caprinos no município de Tapera. Sua propriedade fica cerca de 10km do centro da cidade, onde encontra-se a sede da cooperativa.

A propriedade da Sra. Victoria é um modelo de criação de caprinos, com alto desenvolvimento genético e com premiação nacional em diversas feiras agropecuárias. Sra. Victoria está à frente dos negócios, que são da família desde 2000. Tanto a proprietária quanto o seu pai são associados do SICREDI, sendo que a Sra. Victoria é filha única e, portanto, herdeira única das terras do pai. Ela falou, que, há mais ou menos um ano anda um pouco afastada da cooperativa, mas que sempre participou e, mesmo assim, recebe a visita na propriedade de algum colaborador da cooperativa que vem ver e apoiar o seu negócio. Disse que não gostou muito da idéia da cooperativa ter se tornado “de livre admissão”, isto é, que qualquer um, mesmo não sendo do meio rural pode se associar como pessoa física. Victória acredita que a cooperativa deveria continuar atuando apenas no meio rural. Acha que esse Sistema é teoricamente perfeito, porque é uma forma de ter um grupo de pessoas trabalhando juntas pelo mesmo objetivo. Além disso, falou que, apesar de ter atendimento eletrônico, a cooperativa não aderiu a alta informatização, como os bancos. “O atendimento é diferenciado, os colaboradores conhecem seus clientes, os associados, o atendimento se torna personalizado com atenção e educação”. Outra coisa que ela elogiou é que todos os colaboradores estão uniformizados. Ela acha isso uma coisa boa porque aproxima os mesmos dos associados, não os coloca nem acima e nem abaixo.

Sra. Victoria falou que não gosta de estar tão fora da cooperativa como esteve esse ano. Ela gosta de participar, mas tem confiança na direção da mesma e sabe que, mesmo não estando presente, o Sistema anda. Acha que, como mulher e mãe, é complicado participar de todos os compromissos, e pensa que isso é complicado para as mulheres de forma geral, porque os encontros são à noite e, além de trabalhar o dia todo, ela tem seus filhos e o marido para dar atenção, por isso, seleciona os eventos de que vai participar.

Falou novamente do tratamento que recebe dos colaboradores, do gerente e dos próprios dirigentes que, sempre que podem, passam para saber como vai o seu negócio e muitas vezes trazem outras pessoas para conhecerem sua propriedade.

Disse também que a participação do SICREDI nas feiras de agropecuárias é muito importante para os associados, pois esses se sentem em casa, amparados e protegidos por terem o Sistema que conhecem por perto.

COOPERATIVA PIONEIRA- NOVA PETRÓPOLIS-RS

A Cooperativa Pioneira não possui o trabalho do OQS na forma proposta pelo sistema SICREDI. Porém a mesma promove, o que chama de “REUNIÃO DE INTEGRAÇÃO COM ASSOCIADOS”. Essas reuniões, segundo o presidente e a assessora de comunicação é a forma através do qual a cooperativa trabalha seu quadro de associados.

A reunião que participei como observadora, ocorreu no dia 08 de julho de 2005, foi promovida pelas UAs de Nova Petrópolis sede da cooperativa e a UA de Vila Cristina. A mesma ocorreu na Sociedade Cultural e Esportiva Lira em São José do Caí, uma localidade no interior, que pertence ao município de Nova Petrópolis, que fica na divisa entre as duas UAs.

Os temas abordados nessa reunião de integração e que constavam no convite distribuídos aos associados, foram:

- Como está sua cooperativa
- E sua unidade de Atendimento (UA)
- Vantagens de ser associado.

A reunião aconteceu à noite, às 19hs e 30min, no salão paroquial de uma pequena igreja. Próximo a essa localidade de São José do Caí, passa um rio e há mais duas comunidades pequenas. De um lado do rio está a comunidade de Sebastopol, onde há a predominância de colonizadores de origem italiana. Do outro lado do rio, o local se chama Linha Pirajá e há predominância de descendentes de alemães.

Os associados, ao chegarem, assinavam a ata de participação que ficava em mesas na entrada do salão, junto aos colaboradores das cooperativas. Os colaboradores muitas vezes cumprimentaram os associados em alemão ou italiano. Muitos associados falam muito mal o português, apesar de entender o idioma. Alguns associados trouxeram vizinhos que ainda não eram associados da cooperativa para participarem dessa reunião.

No começo as pessoas chegavam um pouco tímidas e iam formando pequenos grupos juntos com demais pessoas conhecidas, mas aos poucos o salão foi enchendo e rapidamente as pessoas já começaram a conversar.

Nessa localidade, onde ocorreu a reunião de integração, os associados são proprietários, de minifúndios, que têm, em média, 5 hectares. A maioria deles são ortifrutigranjeiros, e as culturas que os mesmos produzem são: laranja, maçã, pêssego, tomate e alface.

O convite para os associados participarem da *reunião de integração* da cooperativa foi enviado para a família. Muitos associados compareceram com suas esposas, mas essas

raramente são associadas. Outros trazem toda a família, e alguns, mais velhos, comparecem com seus netos.

Segundo informação da assessora de comunicação da cooperativa, a maioria dos filhos dos associados, que são adolescentes ou adultos jovens, reside em Caxias do Sul, onde trabalham e estudam. Os pais incentivam os filhos ao estudo e a grande maioria conclui curso a nível superior. Essa é uma prioridade das famílias.

Os gerentes de negócio das duas UAS, que estavam promovendo a reunião de integração, esperavam um público em torno de 200 a 280 pessoas, entre associados e membros de suas famílias, expectativa que se confirmou, com a presença em torno de 240 pessoas. Um dos gerentes informou que o retorno dessa reunião no mesmo local acontece com periodicidade de 2 a 3 anos. Surpreendeu o grande número de associados já que era uma noite extremamente fria. A grande maioria dos participantes chegaram em camionetes já carregadas com os produtos agrícolas, pois no dia seguinte, por volta de 5hs da manhã, se deslocariam para a cidade para vendê-los em feiras e mercados

A reunião foi conduzida pelo presidente da cooperativa e foi feita em forma de palestra.

O presidente falou aos associados que só é possível gostar de cooperativismo se os associados realmente conhecerem o mesmo, e se alguém trazer as informações até eles, como a cooperativa estava fazendo naquele momento. Falou que as cooperativas são empresas de pessoas, e não de capital, onde todo mundo vale "um", referindo-se ao princípios de que, independente do valor de capital de cada associado, cada um tem direito a apenas um voto. Também comentou, que a cooperativa promove a geração de desenvolvimento da localidade onde está inserida. Reforçou a informação de que a cooperativa sempre dá preferência para contratar seus colaboradores do local onde encontra-se a UA. Falou que "o social" só vai bem se "o econômico" também for, dizendo que a cooperativa tem que ser capitalista para atender o social, não visando lucro, mas sobras que são revertidas para o seu quadro de associados.

Comentou que a cooperativa só não irá bem se seus gestores forem incompetentes ou safados. Disse que a cooperativa produz inclusão social porque as pessoas passam a ter mais poder aquisitivo. Que a cooperativa tenta evitar a intermediação para que os associados possam ter mais valor agregado, pois ela paga mais ao produtor e cobra menos do consumidor.

Durante a explanação, o presidente falou algumas palavras em alemão e balbuciou algumas em italiano, para se mostrar mais perto dos associados que, nesse momento, acabaram rindo e se divertindo com ele. Os associados prestaram muita atenção no que foi dito pelo presidente.

O presidente também disse: "Quem tem vergonha de usar o símbolo do cooperativismo, se referindo aos dois pinheiros, é porque não sabem administrar direito". E disse ainda que: "Pinheiros são árvores fortes e que duram muito, por isso, são o símbolo do cooperativismo. As cooperativas devem ser eternas e atentas, porque daqui a pouco, tudo se tornará cooperativa". Falou que, a cooperativa representa solidariedade "um por todos e todos por um". Comentou que,

a Cooperativa Pioneira tem o maior número de associados do país e movimentou o maior volume de recurso. Reforçou ainda que essa é também a cooperativa de crédito mais antiga do Brasil.

Falou que é necessário que a cooperativa alie a tecnologia com o atendimento personalizado, valorizando assim o relacionamento.

O que chamou a atenção, durante a observação participante, é que, os associados presente eram pessoas de meia idade ou idade mais avançada, porém os colaboradores da cooperativa eram extremamente jovens com idade inferior a 30 anos.

Na parte em que foram apresentados os dados de cada UA o presidente pediu que isso fosse feito pelos gerentes das respectivas UAs e, ao final, pediu que toda equipe de colaboradores fosse apresentada para que os associados conhecessem os mesmos.

A assessora de comunicação informou que, do público, apenas cerca de 30 associados, presentes nessa reunião estiveram presentes na AGO que aconteceu em março de 2005.

Ao final da reunião foi oferecido um coquetel aos associados, onde os mesmos conversam entre si e com os colaboradores das UAs.

A partir dos perfis à cima poderemos entender melhor a relação entre o capital social e o cooperativismo a partir das relações sociais que se estabelecem nessa forma de associativismo. Segundo os relatos das reuniões de núcleo vistas no capítulo 3 em comparação com a reunião de integração descrita acima percebe-se que:

As reuniões de núcleo de OQS acontecem de forma bem diferente das reuniões de integração, a começar pelo número de participantes. Geralmente todos são associados, e as reuniões muitas vezes acontecem na casa de um deles, com cerca de 30 pessoas participando, eles vêm com as famílias, mas principalmente em casais, mesmo que apenas um dos cônjuges seja sócio, conforme a proposta do OQS. Nessas reuniões são discutidas formas de agregar renda e projetos de desenvolvimento econômico e social da localidade onde encontra-se o núcleo. A partir desse desenvolvimento, a cooperativa acredita que é possível gerar mais renda, e em consequência disso, fidelizar mais os associados. Assim, também os associados passam a entender não só a ideologia e os princípios cooperativistas, mas também seus direitos e deveres.

Nas reuniões de núcleo é que se observa a importância do capital

social, pois é justamente nessas que surgem as indicações de novos sócios, através das redes de relações sociais desenvolvidas nas comunidades. Os dirigentes e o conselho da cooperativa confiam mais nos futuros sócios que são indicados por associados da cooperativa, isso porque nenhum sócio quer indicar alguém que não venha a ser um “bom sócio”. Nesse caso, a idéia de “bom sócio” está diretamente ligada a de bom pagador, aquele que honra seus compromissos, deixando tanto o seu nome limpo quanto o nome do sócio que o indicou.

Segundo Seyferth (1990), estudiosa da imigração no Brasil, a propriedade da terra era um elemento indispensável para atrair os imigrantes europeus, que quase sempre eram camponeses que faziam parte de regimes semi-feudais. Para os governos das províncias do sul, interessava abrir caminhos de comunicação com o interior das províncias, e isso só seria possível a partir do povoamento acompanhando os vales dos principais rios dessas províncias. Além disso, os colonos seriam pequenos proprietários livres, e utilizariam exclusivamente a mão de obra familiar. Esses imigrantes eram principalmente de origem alemã e italiana e adquiriam lotes de terra com financiamento do governo, com cerca de 20 a 50 hectares.

As principais características do sistema de colonização até o final do século XIX foi de isolamento e de homogeneidade étnica. Nas chamadas “Colônias Alemãs ou Italianas”, a presença do elemento brasileiro era mínima. Outra característica dessa forma de colonização era a diversificação da agricultura. A autora trata esses colonizadores de “colonos camponeses”, pois considera a economia camponesa como uma forma econômica de significado próprio, tendo como base a fazenda camponesa como um todo. Até os dias de hoje os mesmos são denominados de “colonos”.

Seyferth também diz que, ainda hoje, a pequena propriedade envolve a policultura agrícola, na qual o trabalho é realizado pelos membros da família. Exatamente como se pode ver no relato do Sr. Nello, Sra Vistoria e também na reunião de integração, onde todos são pequenos agricultores e diversificam as culturas que produzem.

Tem características fortemente patriarcais, pois a autoridade do pai é indiscutível, principalmente quando dispõe sobre a economia doméstica e a herança da terra. Os filhos, até o casamento estão sujeitos a autoridade paterna, uma autoridade que deriva do fato de ser o pai o proprietário legal das terras e a pessoa que disporá sobre as forma de transmissão do patrimônio. O sistema de herança encontrou várias formas de possibilitar a reprodução do campesinato no regime de pequena propriedade, na medida que alguns filhos herdaram e outros não. No caso dos Italianos, por exemplo, dificilmente a mulher herda as terras: elas recebem um dote ao casar e só. Outros arranjos, comuns entre todos os colonos, qualquer que seja sua origem étnica, facilitam a um dos irmãos a compra da parcela dos demais herdeiros. Ou ainda, aqueles filhos que deixam a atividade agrícola também renunciam à herança da terra. (Seyferth, 1990 p. 28)

Aqui podemos fazer referência à história da família do Sr. Nello, como o mesmo adquiriu a sua terra e relação dele com ela. Também podemos verificar, exatamente como na citação, a forma que a terra era distribuída, sendo que no caso da família do Sr. Nello as mulheres já tinham direito à herança terra, porém ainda em quantidade menor do que os homens.

Woortmann (1990) também estuda a questão do campesinato através do seu entendimento como modo de produção. Assim como Seyferth, Woortmann procura entender a sociedade camponesa e não o campesinato como forma econômica. Ele em seu estudo, também faz observação sobre a importância da terra e chama atenção para outro elemento importante nessa relação dos camponeses com a terra, pois a terra possui um significado moral e não pode ser tratada como uma coisa ou mercadoria.

Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dívida de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. (Woortmann, 1990 p. 12)

No trabalho, as observações feitas nas assembléias, na reunião de integração e conversas com associados foi possível observar o quanto a questão familiar é valorizada pelos sócios, bem como pelo Sistema Cooperativo, da mesma forma que a religião. Foi possível observar isso durante esse estudo, porque as reuniões das mini assembléias e AGOs acontecem na grande maioria das vezes nos salões paroquiais das igrejas, com a presença dos párocos ou pastores.

Nas reuniões das mini assembléias e nas AGOs são convidados além dos sócios, seus familiares, como esposa, filhos, netos, etc. Os associados comparecem com as suas famílias. Nas reuniões de OQS acontece o mesmo, uma vez que participam dos núcleos os casais que fazem parte dessa comunidade onde encontra-se o núcleo e a coordenação de núcleo, também é feita por um ou mais casais, segundo a proposta feita pelo próprio Sistema SICREDI.

Seyferth (1990) também fala da importância do papel da igreja como forma de organização da vida social nas comunidades de imigrantes.

A organização comunitária esteve sempre muito ligada às atividades religiosas, católicas ou protestantes. Nos dois casos, a igreja não é uma entidade isolada, caracterizada apenas pela atividade religiosa. A capela constitui o marco inicial de muitos povoados e vila, mas a função social da capela é particularmente importante no caso dos italianos: como local de culto, assumiu um papel de aglutinadora dos fiéis. Além disso, os imigrantes estabelecem aquela que ficou conhecida como a *sociedade da capela*, entidade que controlava praticamente toda atividade comunitária. A capela podia ser ao mesmo tempo local de culto, sala de aula, salão paroquial, etc. Hoje ainda é assim, só que as diversas atividades ocorrem em edifícios separados, próximos, e não apenas no espaço destinado ao culto. (Seyferth, 1990 p. 51 e 52)

Seyferth (1990) fala que a sociedade de capela exerce um controle social absoluto sobre os membros, e o padre ou padre leigo (Igreja Católica) e o pastor (Igreja Protestante) são os orientadores. O Padre leigo era geralmente um colono alfabetizado e conhecedor do livro de orações, ele podia batizar crianças e presidir rezas, mas não podia rezar missas. O mesmo acontecia com pastores leigos.

Todas as considerações servem para nos fazer entender que, a partir das relações sociais, que envolve as relações familiares, religiosas, convivência social, surgem as fortes relações confiança que sustentam o crédito e ajuda mútua.

Putnam(2002), em seu estudo fala sobre o capital social e, ao abordar tal tema, ele diz que a cooperação de forma voluntária torna-se mais fácil nas comunidades onde o capital social acontece por regras de reciprocidade e participação dos indivíduos. Nesse sentido, o capital social é visto como uma forma de organização social baseado nas relações de confiança.

Woortmann (1990) reforça a idéia quando fala que os colonos do sul do país possuem uma ordem social de cunho mais holista e menos individualista, segundo a qual a terra não é mercadoria, mas vista como patrimônio da família, e, portanto, garantir sua integridade é ponto de honra para aquelas pessoas, que são morais e governadas pelo senso de honra.

Segundo Putnam (2002 p.179), “Quanto mais duas pessoas confiam uma na outra, maior a sua confiança mútua”. O cooperativismo de crédito busca em seu quadro de associados pessoas que cumpram e honrem com seus compromissos perante a cooperativa. Até hoje, para se fazer parte da cooperativa como associado, tem muito mais credibilidade o futuro sócio que está sendo indicado por um sócio da cooperativa, do que aquela pessoa que procura a cooperativa por iniciativa própria. Exatamente como podemos perceber pelo relato do Sr. Nello, ao contar sua história como conselheiro fiscal da cooperativa.

A credibilidade está ligada diretamente à situação de empréstimo. A cooperativa, através de seu comitê de crédito, que é formado pelo gerente da Unidade de Atendimento, gerente regional e diretores, se sente mais segura em emprestar recursos para o novo sócio. Dessa forma, a cooperativa utiliza as relações sociais já existentes, pois acredita que são relações mais sólidas, e é possível confiar mais no novo sócio em termos de liberação de crédito, uma vez que o sócio que o indicou torna-se moralmente responsável pelo novo sócio. A reputação de todos envolvidos na liberação de crédito, tanto dos membros do

comitê, do sócio que indicou, quanto do novo sócio, acaba se tornando de responsabilidade de todos, pois ninguém quer ver seu nome “sujo na praça”.

Conforme Putnam (2002, p. 178 e 179):

O capital social serve como uma espécie de garantia, estando porém, disponível para os que não tem acesso aos mercados de crédito regulares. Não dispondo de bens físicos para dar em garantia, os participantes na verdade empenham suas relações sociais. Assim o capital social é usado para ampliar os serviços de crédito disponíveis nessas comunidades e para aumentar a eficiência com que aí operam os mercados. Não raro as associações de crédito rotativo estão ligadas às cooperativas e outras formas de mútua assistência e solidariedade. Isso se deve em parte, ao fato de todas essas formas de cooperação voluntária de valerem do mesmo virtual estoque de capital social.

A confiança, então, acaba por promover a cooperação. Com isso, quanto mais confiança existir entre os membros de uma comunidade, maior será a probabilidade de haver cooperação. Isso torna-se algo visível no Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI, porque nas localidades onde encontram-se as UAs das cooperativas, geralmente são comunidades pequenas, e a confiança é resultante do convívio íntimo entre as pessoas. O convívio acontece por laços familiares ou ainda por contato resultante da intermediação de convívio social, muitas vezes promovido pelas igrejas.

Woortmann (1990) chama atenção para outro aspecto da relação de confiança promovido pelas igrejas que é a relação de compadrio, pois, o vizinho, além de ser um igual, com quem se troca ajuda, pode também ser um parente em potencial, a partir do momento que se estabelece entre vizinhos a relação de compadre. O filho(a) de um pode ser afilhado (a) do outro e vice versa. Nessa forma de relação, além da confiança, se estabelece uma forma de laço parental, pois o afilhado (a) torna-se um filho (a). E diz:

Um grupo doméstico com excedente de meninas trocava filhas com outro grupo com excedente de meninos pela via do compadrio. Nesse caso, como em outros, se A se torna padrinho de um dos filhos de B, este por sua vez, será padrinho de um ou mais filhos de A, estabelecendo-se uma relação de reciprocidade direta. Compadres são como irmão rituais (e com grande freqüência, são “irmãos de sangue”).

Através da cultura, consegue se equilibrar o grupo doméstico, ao mesmo tempo em que se preserva o princípio da família. (Woortmann, 1990 p. 32 e 33)

Conforme Putnam (2002), a confiança que gera cooperação não é uma confiança cega, mas sim resultante de uma previsão do comportamento dos atores. Ele diz, ainda que a relação de confiança não existe só porque as pessoas dizem que farão algo mas, sim, porque, por se conhecerem, as pessoas sabem avaliar a disposição uma das outras para a realização de alguma coisa.

Araújo, outra autora que aborda o tema do capital social, complementa essa idéia do papel de confiança dizendo:

Uma sociedade cuja cultura pratica e valoriza a confiança interpessoal é mais propícia a produzir o bem comum, a prosperar. A cooperação voluntária, assentada na confiança, por sua vez, só é possível em sociedades que convivem com regras de reciprocidade e com sistemas de participação. Em sociedades que tenham capital social, que, a exemplo de outras formas de capital, é produtivo e possibilita a realização de certos objetivos que, sem eles, seriam inatingíveis. O Capital social facilita a cooperação espontânea e minimiza os custos de transação. (2003, p. 17)

Woortmann (1990) fala então, da relação de confiança e da prática de negociação entre as pessoas. Em seu texto: *“Com parente não se neguceia”*, ele explica que, com parente, mesmo que seja o compadre, não se pode negociar, porque no negócio sempre um sai ganhando e outro perdendo. O negócio é percebido como uma oposição ao trabalho e, portanto, não envolve honra. Quando um colono precisa de ajuda ele pede a um vizinho e não paga essa ajuda com dinheiro, mas sim com comida e disponibilizando sua ajuda, quando o vizinho também precisar. Então, só o ganho obtido pelo trabalho sobre a terra é moralmente aceito e legítimo.

Entende-se aqui que a prática do cooperativismo segue a mesma filosofia, onde não se pode explorar e ganhar em cima do cooperado, porque a filosofia do cooperativismo e um dos seus princípios é a ajuda mútua e não a exploração dos sócios.

Portanto as considerações visitadas no capítulo, nos leva a pensar que, uma das causas das cooperativas que fazem parte do estudo possam ser bem sucedidas economicamente é o seu capital social, ou seja as relações de confiança existente entre os cooperados e entre eles e a cooperativa. Diria que essas relações de confiança têm bases culturais fruto das relações sociais presentes nas comunidades onde as cooperativas se encontram como: a família camponesa, a igreja como fonte agregadora das comunidades, a terra como patrimônio familiar e a identidade étnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do estudo havia uma preocupação não só de conhecer o Sistema de Crédito Cooperativo SICREDI, mas basicamente entender como ocorriam as transformações e mudanças a partir dos anos 90, quando o mesmo foi constituído em Sistema. Para tanto, buscou-se estudar duas cooperativas que apresentavam boa rentabilidade dentro dos índices propostos pela “cooperativa padrão”. Ao se iniciar a pesquisa, percebeu-se que tais cooperativas tinham muitas semelhanças e ao mesmo tempo diferenças. Assim como poderiam ter uma rentabilidade tão alta dentro do Sistema? Pensava-se então que o sucesso de uma era a prática do OQS nos moldes propostos pelo Sistema. Mas como então justificar a rentabilidade da outra que não possuía o OQS?

A partir das observações feitas nas duas cooperativas que fizeram parte do estudo, foi possível constatar que o Sistema SICREDI, principalmente no que tange às cooperativas estudadas, possui uma grande credibilidade por parte de seus associados. Deve-se ressaltar aqui que essas cooperativas fazem parte de um grupo específico, mencionado na pesquisa feita pelo Sistema SICREDI em 2003, na qual ficou claro que há um maior conhecimento dos associados sobre a ideologia do cooperativismo nas regiões que possuem “Unidades Estruturadas”, ou seja, onde o Programa Organização do Quadro Social já vem sendo desenvolvido.

Outro fator que chamou atenção é a solidez desse Sistema que já encontra-se no mercado há mais de 100 anos e continua sua expansão e desenvolvimento pelo Brasil.

A confiança que existe por parte de seus associados nos leva a pensar que é grande o respeito pela organização em Sistema e também em seus dirigentes.

Em ambas as cooperativas que foram estudadas percebeu-se um trabalho efetivo junto aos associados, tanto para divulgar a importância do

cooperativismo de crédito, como os benefícios que o Sistema traz para o desenvolvimento local da região onde encontram-se as cooperativas.

A cooperativa de Livre Admissão Rota das Terras possui o OQS conforme as regras propostas pelo Sistema. Já a cooperativa Pioneira, não. Mesmo assim, essa última não deixa de trabalhar o seu quadro social, apesar de usar uma sistemática diferente daquela proposta pelo Sistema. Ao invés de organizar-se em núcleos, promove reuniões que denomina de “reuniões de integração”, nas quais divulga o cooperativismo aos associados e busca novos sócios para esse Sistema.

Através da participação e das observações feitas, tanto nas reuniões de núcleo de OQS, como nas reuniões de integração tornou-se nítida a diferença na forma de trabalho junto aos associados. Nas reuniões de integração, junta-se um número elevado de pessoas, algumas já são sócias outras não. Nessas reuniões, a pauta é sempre a divulgação do cooperativismo de crédito e a demonstração da importância do mesmo, além de apresentar os resultados da cooperativa. No entanto, os associados não discutem as melhorias sociais para suas comunidades, como é o objetivo do OQS, nem o desenvolvimento social das comunidades onde a cooperativa está inserida. Nas reuniões de integração raramente os associados fazem questionamentos, elas acontecem sob a forma de palestra, não havendo um maior envolvimento do associado com a cooperativa. O desenvolvimento social dos associados que geraria renda e, com isso, uma melhora econômica desses sócios e conseqüentemente passariam a contribuir mais sob a forma de cota capital nas suas cooperativas.

As relações de confiança existentes são fruto de uma rede de relações sociais, exatamente como propõe o conceito de capital social de Putnam. Os associados têm responsabilidades com o capital da cooperativa, a partir da indicação de um novo associado, pois esse deve contribuir com a organização, exercendo seu devido papel de sócio. Se estabelece, assim, uma rede de confiança, pois a cooperativa confia nessa indicação.

No entanto deve-se deixar claro, que as cooperativas são entidades financeiras de livre adesão. Qualquer pessoa pode se associar, indicada ou não

por um sócio. O que aparece claramente na pesquisa é que, quando há indicação de um novo sócio por parte de um associado, é mais fácil que esse novo sócio tenha o seu crédito aprovado pelo comitê de crédito, uma vez que o capital social é importante para as relações cooperativas.

Dentre as transformações sofridas pelo SICREDI, que envolvem: a organização em forma de sistema, a proposta do OQS e a formação dos gestores, buscando agregar uma ideologia cooperativista a uma forma mais estratégica e empresarial de conduzir as cooperativas, pois essas encontram-se inseridas no cenário financeiro do mundo globalizado, e, portanto, não mais se opõem a esse. Pode-se dizer que uma das transformações mais marcante desse processo de mudança está no fato de que, o cooperativismo historicamente se constitui como uma proposta de oposição ao mercado capitalista e uma alternativa de inclusão social, hoje não é mais visto dessa forma pelo Sistema SICREDI. A concepção do cooperativismo trazida pelos ideólogos do início século XX, está mais próxima das iniciativas que são conhecidas como “economia solidária”, não fazendo parte das propostas assumidas pelo Sistema SICREDI.

Fica claro que a democracia no Sistema SICREDI se reduz apenas à prática do voto, não havendo participação efetiva dos associados na elaboração das chapas que concorrem as eleições. No discurso cooperativista, os sócios têm direito à participação, mas o que se observa é que, na prática, isto não acontece.

A partir do cenário constatado, tornou-se mais visível que as transformações pelas quais o Sistema SICREDI passou e ainda vem passando apresentam aspectos contraditórios. Por um lado, observa-se expectativas dos dirigentes da cúpula, Centrais, BANSICREDI e Confederação que são impostas às cooperativas. Por outro lado, busca-se resgatar os princípios do cooperativismo, tanto no que diz respeito à participação real dos associados, quanto à ideologia, sendo que essa busca baseia-se na organização dos associados em pequenos núcleos a partir do Programa da Organização do Quadro Social (OQS). A proposta oportuniza aos associados participarem de todos os processos nas cooperativas, não só a participação nas AGOs, mas também de tomarem decisões que definam os rumos do negócio cooperativo.

Observou-se também que as lideranças cooperativas representadas por seus presidentes possuem seu poder legitimado pelos associados, mesmo que a participação desses seja pequena, ela ocorre sob a forma de capital social, que se ancora em formas tradicionais de sociabilidade reforçadas, nos casos estudados, pelos aspectos culturais relacionadas com a vida religiosa, a família camponesa, a relação da terra vista como patrimônio familiar e a identidade étnica.

Percebe-se que esse assunto é complexo e rico para as ciências sociais, em sua busca do entendimento das relações sociais que envolvem as propostas e os ideais do cooperativismo, o que nos faz pensar que esse não é um assunto esgotado, devendo ser alvo de muitos novos estudos.

REFERÊNCIAS

1- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Autogestão. In: CATANI, Antonio David (org). *A outra economia*. Porto Alegre:Veraz, p.20-26, 2003.

2-AGUIAR, Cristina Silveira & REIS, Carlos Nelson. As origens do cooperativismo e o contraponto dos males das metamorfoses do mundo do trabalho. *Sociedade em Debate* , Pelotas, v.8, n.3, p.149- 183, 2002.

3- ARAÚJO, Maria Célia. *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

4- BANDEIRA, Pedro Silveira. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul. In: CORREA, Silvio Marques de Souza (org). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDNISC, p.15-59, 2003

5- CASTELLS, Manoel. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. V. 1 e 2. São Paulo: Ed Paz e Terra.1999.

6-GOLDBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rido de Janeiro: Record, 2001.

7- GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Democracia, participação e deliberação. Democracia e Novas Formas de Participação Política- *Civitas*. Porto Alegre, v.4, p. 257- 283, 2004.

8- GUIGO, Denis. O Governo de um Município: uma visão antropológica. In, FACHIN, Roberto & CHANLAT, Alain (org). *Governo Municipal na América Latina: inovações e perplexidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 135-162, 1989.

9- GUILLERM, Alain & BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1976.

10- ICAZA, Ana Mercedes S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In. GAIGER, Luiz Inácio (org). *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 17-53, 2004.

11- KELSEN, Hans. *A Democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

12- LOPES, Albino. *A economia social e os seus dirigentes: o problema da formação*. Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, 1997.

13-MAYA, Isa. *Cooperativa e prática democrática*. São Paulo: Cortez, 1985.

14- MELLO, Sylvia Lesser. Economia Solidária e Democracia. In. FÍGARO, Roseli. *Gestão da comunicação no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo*. São Paulo: Atlas, p. 151-158, 2005.

15- MORAES, Jorge L. A. Capital social e desenvolvimento regional. In. CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Capital social e desenvolvimento regional*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 123-148, 2003.

16-NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Cooperativismo como alternativa de Mudança: uma abordagem normativa*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

17- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Manual de Gestão das Cooperativas: uma abordagem prática*. São Paulo: Atlas, 2001.

18- PINTO, Céli Regina. *Teorias da Democracia: diferenças e identidades na contemporaneidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

19- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia a experiência da Itália moderna*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

20- RICCIARDI, Luiz. *Cooperativismo: uma solução para os problemas atuais*. Brasília: OCB 2ed. 1992.

21-RICCIARDI, Luiz & LEMOS Roberto Jenkins. *Cooperativa a empresa do século XXI*. São Pulo: LTR, 2000.

22- RIEDL, Mário e VOGT, Olgário Paulo. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência do capital social. In. CORREA, Silvio Marcus de Souza (org). *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 149-211, 2003.

23- ROSENFELD, Cínara L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo- sociedade. In. Universo Empresarial – *Civitas*. Porto Alegre, v.3, p. 395-415, 2003.

24- ROSENFELD, Denis L. *O que é democracia*. 5ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

25- SCHNEIDER, Odelso. *Democracia Participativa e Autonomia Cooperativa*. São Leopoldo: UNISINUS, 1991.

26- SCHIMIDT, Deli & PERIUS, Vergílio. Cooperativismo - Cooperativa. In. CATTANI, Antonio David (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, p. 63-72, 2003.

27- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1990.

28- SHARDONG, Ademar. *Cooperativa de Crédito: Instrumento de organização econômica da sociedade*. 2 ed. Porto Alegre: ER, 2003

29-SICREDI. *Organização do Quadro Social* - Módulo coordenador de núcleo, Porto Alegre, 2003.

30- SICREDI. *Avaliação da percepção, conhecimento e participação dos associados do SICREDI com relação à cooperativa de crédito e sua administração*. Porto Alegre, 2003.

31- SINGER, Paul. Economia Solidária. In. CATTNI, Antonio David (org). *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, p. 116-125, 2003.

32- VALADARES, José H. Empresas Cooperativas. In: SEBRAE-RJ: *I Encontro de Consultores do programa Rio Cooperativa. Texto de apoio, 2000.*

33- VÍCTORA, Ceres G. *Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema.* Potro Alegre: Tomo Editorial, 2001

34- WAUTIER, Anne Marie. *A construção identitária e o trabalho nas organizações Associativas.* Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2001.

35- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia.* 5 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002

36- WOORTMANN, Klass. “*Com parente não se neguceia*”. *O campesinato como ordem moral.* *Anuário Antropológico.* Brasília: UNB, 1990.

ANEXO A

Participação em associações voluntárias, por tipo de associações e região no Rio Grande do Sul.

Associações	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul
São membros que participam de igreja ou grupos religiosos	30,2	59,3	72,2	37,9
São associados que participam de clubes esportivos	16,3	34,0	26,3	18
São associados e participam de sociedade recreativa ou clube social	16,9	30,7	36,1	41,6
São associados e participam de organização artística cultural ou educacional	10,4	19,1	13,7	9,8
São associados e participam de sindicatos	11,3	14,5	17,3	15,1
São associados e participam de associação comercial	5,4	13,3	12,8	8,8
São associados e participam de outra entidade empresarial	3,3	10,0	7,5	4,0
São associados e participam de partido político	6,5	13,3	16,7	10,9
São associados e participam de entidade de proteção ao meio ambiente	4,0	8,3	6,9	3,7
São associados e participam de entidade profissional	9,6	22,0	21,8	12,7
São associados e participam de organização de caridade	13,1	20,3	19,4	11,9
São associados e participam de cooperativa*	3,7	9,1	10,1	4,5
São associados e participam de clube de serviços	2,3	3,7	4,8	4,5
São associados e participam associações de pais e mestres	9,6	21,6	22,4	9,3
São associados e participam de associação de agricultores e pecuaristas	1,2	5,8	9,0	4,0
São associados e participam associação de bairro	7,1	12,9	9,3	7,2
São associados e participam de clubes de mães	1,9	3,7	8,4	2,9
São associados e participam de maçonaria	1,0	0,8	0,0	2,4
São associados e participam de outro tipo de associação	4,2	8,7	9,9	6,4

Tabela 3 (Bandeira 2003, p. 23). Fonte dos dados brutos: CÉSAR e BANDEIRA (Coords.) (2001-A)

* Destaque dado pela autora do estudo.